



ATA N.º 57/XII-4º/2020-21

1 - Aos 18 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas 14H, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

(Continuação do período da ordem do dia)

3 - Período da Ordem do Dia

- 3.1 – Apresentação ao plenário dos relatórios semestrais das Comissões;
- 3.2 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;
- 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021;
- 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2021;
- 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2021;
- 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Lançamento de Derrama para o ano de 2021;
- 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2021;
- 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2021;
- 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2021;
- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 da WEMOB;
- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre 2ª Revisão Orçamental de 2020 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.
- 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Reestruturação de serviços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada;
- 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Transferência de Competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2021 na área da Educação;
- 3.14 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Adesão do Município de Almada à ADAPT. LOCAL – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas;
- 3.15 – Apreciação e votação da proposta de alteração ao Plano de Contingência da Assembleia Municipal de Almada;
- 3.16 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre Plano Anual de Atividades para 2021 – Provedor dos Animais do Município de Almada;
- 3.17 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Constituição do Comissariado Municipal de Aproveitamento Alimentar;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.18 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre II Plano Municipal Integração dos Migrantes de Almada 2020-2022;
- 3.19 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Estratégia Municipal para a Deficiência;
- 3.20 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Regulamento das Áreas de Reversão Urbanística. Relatório de ponderação de consulta pública;
- 3.21 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Transferência de competências do município de Almada para as freguesias. Reserva no âmbito de intervenção do Município de Almada;
- 3.22 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Transferência de competências do município de Almada para as freguesias de Costa da Caparica e União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda;
- 3.23 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Aprovação de minuta de contrato interadministrativo;
- 3.24 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Substituição das luminárias do Concelho por iluminação LED.
- 2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:
- José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:
- 4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues (PS), José Manuel Maia Nunes de Almeida (CDU), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Marina Pereira Lopes (PSD) e Inês Correia Bom (BE).
- 4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Pereira (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento de Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; José Daniel Mira Fadista (PS) por impedimento de Carla Sofia da Silva Godinho, do Sérgio Manuel Gonçalves de Sousa; Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; Andreia Sofia Egas (CDU) por impedimento Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso; António José Olaio da Silva (CDU) Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU) por impedimento José Augusto Tavares Oliveira, Joana Tavares Reis Raposo, António Abrantes de Almeida, José João Santos da Mata, Aurora da Conceição Marques de Almeida, Fernanda Maria Amaro Tavares, Tiago André Emídio de Sousa Martins (PEV), Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, Cláudio Nuno dos Reis Silva e Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida; Carlos Manuel Botelho de Moura (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria; Paulo Alexandre Sabino, Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos, Rita de Almeida Oliveira e Henrique Bartolomeu Guisado; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).



Handwritten signature

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) justificou a sua falta.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui Jorge Martins em substituição do Senhor Vereador Joaquim Judas e o Senhor Vereador Tiago David Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal e do Senhor Vereador Filipe Pacheco em substituição da Senhora Vereadora Francisca Parreira.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes João Rocha, Miguel Santos, Nuno Coelho, Pedro Rebelo e José Manuel Batista.

5.1.1 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Enquanto cidadão e Presidente da Comissão Administrativa conjunta da Quinta da Adega, profundamente empenhado ao longo de dezenas de anos na resolução dos problemas das AUGI, sediada na área deste Município, não podia deixar de manifestar a minha satisfação com a aprovação na última reunião da Câmara Municipal de um Regulamento para as AUGI. Quero também lembrar, que a criação deste Regulamento do passado recente passou por vários avanços e recuos, por falta de vontade política ao longo das duas décadas. Estando sempre responsáveis com a mira do canhão apontada para as ideologias políticas de cada um dos responsáveis das AUGI. Finalmente, lamento, a falsa política dos responsáveis das Comissões Administrativas conjuntas enfrentaram durante o período de 1995 a 2017, pelo incumprimento da legislação destinada somente para as AUGI, por parte dos executivos cessantes. Todavia, o executivo do Município de Almada, nunca teve a coragem política de aplicar a legislação vigente. Vogo Lei 91/95, 2 de setembro, durante todos os seus mandatos, sendo também o único Concelho pertencente à Área Metropolitana de Lisboa, que nunca aplicou a legislação relacionada com as AUGI já referida. Provavelmente situações desta natureza, não são saudáveis para a democracia. Perante situações idênticas devem ser denunciadas à Senhora Provedora da Justiça para serem reencaminhados para os órgãos de soberania. Na qualidade de responsável da AUGI da Quinta da Adega, congratulo-me com as palavras proferidas no dia 14 de dezembro de 2020, na reunião de Câmara deste Município pela Senhora Presidente Inês de Medeiros, pela Senhora Vereadora Francisca Parreira, pelo Senhor Vereador Miguel Salvado, relacionada com as condições financeiras, dos cerca de quarenta mil muncípes residentes nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal para conclusão do processo de reconversão das AUGI, dado os montantes das cedências e terrenos, e taxas serem idênticas ao Concelho de Cascais superiores ao Concelho de Sintra. Esta situação impediu durante décadas que os processos de reconversão fossem concluídos nas AUGI sediadas neste Município.”

5.1.2 – O Senhor Múncipe Miguel Ângelo Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui por uma questão pessoal. Eu sou médico, trabalho no Hospital de Santa Maria, na urgência do Hospital, e neste momento tenho uma casa que está finalizada na rua Viera Portuense, e que está a aguardar emissão da licença de utilização. Eu neste momento transitoriamente estou na casa dos meus pais, e venho aqui pôr à vossa consideração para a emissão da licença porque de facto, poderei ter um sítio para ficar, atendendo às circunstâncias da pandemia.”

5.1.3 – O Senhor Múncipe Nuno Augusto Monteiro Coelho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho em representação de uma empresa falar sobre o estacionamento propriamente na Cova da Piedade. Nós tínhamos dois lugares junto à rua Dr. António José de Almeida para cargas e descargas, que com estas obras iam ser retirados, mas depois de falar com os serviços técnicos foram repostos. Acontece é que o horário do estacionamento em Almada, e propriamente naquela rua, diz que é das 09H00 à 13H00 e das 15H00 às 17H00.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ora já nem as empresas de transportes entregam a essas horas. E muito menos os utentes que têm que carregar coisas. Seja o que for. Por exemplo, o ramo da nossa atividade cadeiras de bebé, que é preciso experimentar no bebé, aqueles lugares além de estarem constantemente ocupados, não se consegue ter horários compatíveis com o comércio. Quando se quer apoiar o comércio local, quando o comércio local tentas ter mais força, ter mais vontade de trabalhar, a Câmara Municipal no estacionamento está a limitar-nos completamente, chegamos a andar 100 metros ou mais, grávidas com bebés ao colo para conseguirem estacionamento. Perguntar se há possibilidade de rever naquela zona e penso eu que no resto do Concelho talvez, o Regulamento de Estacionamento para cargas e descargas.”

5.1.4 – O Senhor Município Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Direito Constitucional de Negociação Coletiva é consagrado pela prática. A nossa Constituição evoca este preceito na perspetiva de funcionamento democrático da nossa sociedade, estamos, portanto, em condições de afirmar que a negociação coletiva é um pilar da nossa democracia. O executivo da Câmara Municipal de Almada, não respeita o direito da negociação coletiva e os direitos dos trabalhadores na sua vertente mais democracia. Refugia-se na Lei para legitimar a democracia em vez de assumir a prática democrática no seu maior alcance. Impediu, por opção, os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, de participar em plenário com saída à rua tentando de forma clara condicionar a expressão do descontentamento dos trabalhadores. Não só decidiu tentar impedir este plenário, como de seguida tentou interferir com ele numa clara ingerência de cariz antidemocrático. Estamos igualmente a aguardar resposta para execução do caderno reivindicativo do STAL da Câmara Municipal de Almada, e outras questões colocadas ainda sem resposta e não recebemos uma única resposta. Por isso estamos aqui. Câmara Municipal de Almada e SMAS, o que vão fazer em relação à opção gestonária? SMAS porque é que não há obras de Plano Plurianual de Investimento levadas a cabo pelos trabalhadores dos SMAS e se privilegia os empreiteiros? SMAS porque é que retira o direito a férias aos trabalhadores que estiveram de baixa quando houve alteração à Lei? Privatizam o Contato Center em vez de munir de todos os recursos humanos e comunicacionais os trabalhadores deste sector. CMA, assédio moral na rede municipal de bibliotecas, recusa em fornecer o Relatório Final do Processo de Inquérito, deu informação de instauração de um processo disciplinar, mas não concretiza como está a declarar a culpa. O sigilo é obrigatório aplica-se aos depoimentos, não às conclusões que se retira deste. Não reforçam significativamente o Mapa de Pessoal mesmo com o espaço previsto e o dinheiro para o fazer, mas aumentam significativamente as adjudicações a privados. Trabalhadores da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, estão empurrados para trabalhar apenas de noite há mais de 10 meses, inaceitável, iniciem de imediato a rotação, se eventualmente houver trabalhadores que queiram permanecer que se organize no sentido de o possibilitar. Retiraram o subsídio de refeição e de turno aos trabalhadores em isolamento profilático, é inaceitável, estamos numa pandemia e não há nada que impeça o executivo da Câmara Municipal em virtude de a pandemia assegurar o pagamento integral destes vencimentos. Trabalhadores do Desporto. O executivo evoca constrangimentos de vária ordem, mas importa retirar elações e falar claro sobre o que aqui está em causa. O que aqui está em causa é, com toda a argumentação encadeada e articulada em redor desta questão, que possa o executivo construir, foi tomada uma decisão e essa foi a de transferir os custos de uma pandemia com a fraca, com a diminuição da afluência ao desporto em Almada, passar a despesa da Câmara Municipal para os bolsos dos trabalhadores. O executivo tem a obrigação de garantir a diminuição dos impactos sociais e económicos da pandemia. Este flagelo da precaridade laboral, mesmo com este setor, tendo particularidades, mas este flagelo de facto, torna-se ainda mais agudo se o seu aproveitamento para a poupança de dinheiro público, com prejuízos sociais for levado por diante. É isto que está m causa, é a transferência da despesa da Câmara Municipal para os bolsos dos trabalhadores. Serviço de Saúde Ocupacional está a ser desmantelado, já estão a retirar valências. Afinal para que servia o grupo de trabalho, se não para decidir? Já estão a retirar valências ao Serviço de Saúde Ocupacional. ECALMA/WEMOB, uma clara recusa de negociação em torno dos salários e das carreiras, os trabalhadores continuam sem balneário, a pare de outras questões que estão no seu caderno reivindicativo, razão pela qual ontem decidiram decretar uma greve de paralisação de uma hora por dia, dias 20, 21 e 22, caso não hajam respostas concretas aquilo que está colocado mesmo com a cedência de uma reunião para dia 18 de janeiro de



14

hoje a um mês. Não nenhuma Instituição Pública que esteja a obrigar o executivo da Câmara Municipal de Almada, a tomar todas as decisões que aqui colocamos, elas são todas d sua iniciativa. A exigência que aqui trazemos é a da retificação do caminho, o da justiça, o da valorização do nosso trabalho, que tem uma ligação muito direta com a valorização do serviço público que prestamos. Estamos a tempo de alterar visões, a tempo de utilizar e esgotar todas as possibilidades para a diminuição dos impactos negativos de uma pandemia e de uma crise que se vai agudizar na vida dos intervenientes que aqui representamos, os trabalhadores.”

5.1.5 – O Senhor Muncipe José Manuel Baptista:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No seguimento das minhas palavras de ontem, tenho aqui os documentos que provam que a Associação das Quintinhas Pinheirinho, na Charneca de Caparica, que recebeu dos lotes da rua Quinta de Cima, para fazer obras de infraestruturas passeios de alcatrão, na rua Quinta de Cima na as executou, sendo a Câmara Municipal de Almada a executa-las, a paga-las e que terá que ser ressarcida dessas verbas que foram pagas pelos proprietários a uma entidade privada, neste caso à Associação de Proprietários e Moradores das Quintinhas Pinheirinho. Lembro à Senhora Presidente, que na sua tomada de posse, num teatro de Almada, eu levantando-me no meio da multidão que estava lá, chamei atenção para o facto, de as taxas do IMI que estavam em 0,36%, já serem elevadas para milhares de pessoas no Concelho de Almada poderem pagar. Incluindo reformados, idosos, etc. Pedi à Senhora para reduzir as taxas para 0,30%. As taxas da água, que incidem sobre os recibos da água, que fossem reduzidas substancialmente. Pedi também para a legalização das casas clandestinas houvesse uma redução de 0,20% para as taxas de cedências e redução de 0,80% para as taxas de m2 de área de construção. Porque há casas construídas há 40 anos, 50 anos 30 anos, não terão que pagar certamente as taxas atuais. Venho agora a saber, que o novo Regulamento para as AUGI, a taxa de redução m2 da área de construção é de 10%. Isto é um rebuçadinho a quem precisa de dinheiro para viver, e precisa de dinheiro para se alimentar etc. Uma taxa dessas é realmente uma taxa de migalhas e toda a gente tinha a esperança e a esperança está a ser perdida. É uma esperança perdida, que efetivamente está a acontecer na Câmara Municipal de Almada. É uma esmola realmente. Há milhares de proprietários que se calhar têm as suas casas por legalizar e não conseguem legalizar com esta esmola. Porque muitos estão reformados, os pioneiros já morreram, ficaram os seus herdeiros, que não têm dinheiro, muitos jovens que não têm dinheiro para as taxas de legalização de casas construídas há 30, 40, 50 anos. Efetivamente lamento que assim fosse e que não houvesse vontade política da Câmara Municipal de Almada, no sentido de reduzir significativamente esta situação. Assim como a Câmara vai agora pôr mais uma taxa no recibo das águas. Há muita gente, jovens que não têm emprego com esta pandemia, famílias que estão realmente a sofrer para pagar e para comer, e que a Câmara Municipal de Almada não tenha a boa vontade de resolver os problemas de muitas e milhares de pessoas neste Concelho. É realmente uma vergonha. Senhora Presidente, é uma esperança perdida, pensávamos que a Senhora ia efetivamente resolver muitos problemas, e os problemas mantem-se ao fim destes 3 anos e tal, do seu mandato. É uma vergonha que isto aconteça Senhora Presidente. Eu confiava muito, muito, muito.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Miguel Salvado.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se me permitir muito telegraficamente, queria por um lado, dizer que todos os Senhores Deputados tiveram sobre a mesa o Livro de Honra de Almada, que publicamos, que está a ser distribuído também como prenda de Natal, que eu acho que é um livro muito bonito, muito bem conseguido, assinado por duas grandes mulheres, a jornalista Ana Soromenho e a fotógrafa Inês Gonçalves, com a participação de elementos naturalmente, da Câmara Municipal de Almada, um agradecimento também especial ao Centro de Arqueologia de Almada, que colaborou também na edição deste livro, em particular a Dr.ª Ângela Luzia do Museu de Almada e queria também salientar as fotografias do Senhor Comandante Paulo Farinha Alves, que são todas as fotografias aéreas, que nos mostram de facto, uma perspetiva de Almada que não costumamos ver e mostrando até a coerência



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do território que não percebemos quando estamos em terra e não no ar. Portanto, dizer que é um gosto por parte da Câmara Municipal oferecer-vos este livro. Para agora a responder às questões dos Senhores Múncipes. Relativamente ao Senhor Múncipe José Rocha, muito obrigada pelas suas palavras e de facto, estamos muito empenhados em lançar cada vez mais este processo que já está curso, para a regularização e o fim da habitação de génese ilegal no nosso Concelho. Relativamente à questão da licença de utilização por parte do Senhor Múncipe Dr. Miguel Ângelo Oliveira Santos, eu de facto, pedia que me pudesse entregar as referências do pedido para eu perceber como é que está esse processo. Eu também estou aqui em substituição da Senhora Vereadora Francisca Parreira que segue mais de perto, eu não conheço os processos individualizados, mas se deixar ali nos meus serviços a referência, eu terei todo o gosto em ver como é que está essa licença de utilização. Relativamente ao Senhor Múncipe Nuno Augusto Monteiro Coelho, dizer que, o Regulamento de Estacionamento que também já passou nesta Assembleia Municipal, e que se está a verídica a possibilidade da publicação do mesmo para entrar plenamente em vigor. O novo Regulamento já prevê inclusivamente, um cartão para o comércio, o que virá em muito simplificar esta questão das cargas e descargas. Nós sabemos que há de facto, um problema, com estas cargas e descargas, muitas vezes os horários não são cumpridos e quando há um horário estabelecido para cargas e descargas ele tem que ser cumprido, inevitavelmente, também tem a ver com a fluidez do trânsito e o bom funcionamento de toda aquela zona, mas por isso mesmo também se criaram cartões especiais para o comércio local, porque achamos que nalguns casos é a forma mais simples de poder resolver. Relativamente ao Representante do STAL Senhor Pedro Rebelo, já por várias vezes ouvi esta expressão. O STAL acusa o executivo, os Vereadores com pelouro, de se refugiar na Lei. Eu quero ser muito clara, nós não nos refugiamos na Lei, nós cumprimos a Lei. Porque também não podemos não cumprir a Lei. E, portanto, para mim é sempre muito surpreendente ter um sindicato que vêm fazer declarações em como nós não deveríamos cumprir a Lei. Ora, nós temos cumprido a Lei em todas as vertentes, e ao contrário do que tem sido dito, não temos reduzido direitos aos trabalhadores, temos sim aumentado e garantido mais direitos aos trabalhadores. Porque o não cumprimento da Lei, é que fragiliza em muito os trabalhadores. Já que mencionou a questão do assédio moral. Devo dizer que posso comunicar neste momento, que tal como foi dito, o assunto foi enviado para o Ministério Público, e o Ministério Público tomou a decisão exatamente nos mesmos termos em que tinha dito, arquivou. Arquivou porque não houve queixas próprias, não houve. E, portanto, como tal não pode haver processos de assédio moral, não pode haver acusações de crime de assédio moral, como os Senhores fazem sem qualquer fundamento. O que significa, que há momentos em que o assédio moral, e eu já o disse aqui uma vez, não é só das entidades patronais, não é só das chefias, curiosamente o assédio moral pode ser exercício por qualquer um, infelizmente. Portanto, eu acho que era bom os Senhores reverem as vossas práticas. Portanto, essa questão que fique muito clara. O Ministério Público arquivou. Portanto, o que os Senhores andaram a acusar, dominativamente, que vos pese na consciência. A Câmara Municipal não impede plenários, a Câmara Municipal está a tomar as medidas necessárias para defender justamente serviços aos trabalhadores, nomeadamente em tudo o que diz respeito à saúde, que estavam de facto, numa situação de flagrante ilegalidade para a qual a Câmara Municipal já tinha sido avisada anteriormente, e por isso, se criou o grupo de trabalho, porque esta questão não envolve apenas este executivo, mas também os executivos anteriores. O grupo de trabalho está para funcionar e nada, nenhum direito é retirado, nenhum direito é retirado, sem que se encontre uma solução que seja viável e compatível com a Lei. Relativamente ao caderno reivindicativo, de facto, recebemos, tomamos nota do caderno reivindicativo do STAL. Dizer também que por parte da empresa WEMOB também perguntei, e quando é que receberam o pedido. O STAL pediu para ser recebido no dia da aprovação do Orçamento em reunião de Câmara, portanto por parte da Administração. Foi a única razão.”

Senhor Múncipe José Manuel Batista, em primeiro lugar quero agradecer a documentação que trouxe, agradecia que deixe aí nos serviços para serem analisados. Relativamente à questão do IMI, nós vamos debater de imediato, está na ordem de trabalhos, eu acho que não deveremos antecipar a questão do IMI, terá a ocasião de perceber qual é o posicionamento da Câmara Municipal e porquê. Relativamente à Taxa de Gestão de Resíduos, como eu disse ontem, a taxa de resíduos nas águas, não é de ânimo leve e não é por vontade municipal que o fazemos. Como sabe, houve um Decreto-Lei que obrigou à duplicação, que duplicou a Taxa de Resíduos Sólidos e nós somos obrigados a refletir na fatura no exercício. Portanto, eu lamento e percebo a sua emoção, mas relativamente à questão da água, não é algo que a Câmara Municipal possa tomar uma decisão. O que a



Câmara Municipal toma como decisão e tomou desde a primeira hora, a Câmara Municipal e os SMAS, foram a suspensão total dos cortes, que, entretanto, passou a ser uma decisão nacional, e naturalmente, todo o reforço necessário ao nível da tarifa social para quem mais precisa e quem de facto, não pode cumprir e não consegue cumprir aquelas que são as suas obrigações. Portanto, sobre essa matéria, que seja claro, não é que a Câmara Municipal não queira, não é que a Câmara Municipal não tenha colocado à disposição todos os apoios necessários, em primeiro lugar para os munícipes mais frágeis e mais necessitados, e agora, também, com a outra fase relativamente ao comércio, relativamente a bares e restaurantes, que vamos iniciar agora já em janeiro. Felizmente, o Senhor Município, é uma presença regular aqui nas Assembleias assim como nas reuniões de Câmara, temos muitas ocasiões de falar, portanto, não é a falta de diálogo. Eu não posso contrariar aquelas que foram as suas perspetivas de início, mas garanto-lhe uma coisa, continuamos absolutamente empenhados, para que ninguém fique de fora. Mas, para que ninguém fique de fora, não conseguimos sempre satisfazer cada um individualmente.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a isto dizer o seguinte: recebemos por parte do STAL, como recebemos até também por parte de outras entidades este tipo de sugestão. Dizer que, pelo menos uma das coisas que eu ouvi não corresponde à realidade, nós quando lançamos obras ou fazemos obras no SMAS, temos o cuidado de sempre procurar internamente e de forma direta, tentar fazer as obras, às vezes até pequenas obras que se calhar não são assim tão visíveis, mas que são muito importantes e são os nossos próprios funcionários que as fazem, mas naturalmente, há certo tipo de obras que temos que lançar e temos que lançar procedimentos para as fazer. Agora, isso não significa que a gente deixe de investir. Aliás, está a decorrer já um procedimento concursal, exatamente para a área operacional, para o reforço de áreas como serralharia, cabouqueiros, pintores, de várias áreas operacionais. Ainda há pouco tempo acabamos também um concurso também nestas áreas, asfaltadores que também estavam a faltar, calceteiro e por aí fora. Por isso, há sempre uma aposta de procurar ter capacidade interna para fazer, naturalmente algumas não conseguimos e temos que recorrer a empreitadas. Em relação ao Call Center, que foi aqui referido, dizer-vos o seguinte: foi uma preocupação dos próprios trabalhadores que trabalham nesse Call Center, e tem sido complicado, não é um trabalho fácil e o nosso sistema também não estava preparado. Porque isto de ter um Call Center não só ter os funcionários, é preciso ter toda uma infraestrutura e todo um suporte por trás, muitas vezes informático e até de comunicação interna para que se possa rapidamente e com alguma celeridade, dar respostas às pessoas que nos telefonam. Nós temos tido milhares de chamadas, até pelos motivos óbvios da pandemia, temos inclusive um atendimento que neste momento já está por marcação até para evitar que as pessoas acabem por aglomerar à porta do atendimento, ainda por cima estamos em obras no atendimento habitual e estamos a utilizar uma outra instalação para o atendimento provisório, mas aqui há um trabalho interno, que é verdade que vamos ter apoio externo, e realmente há uma parte que vai passar a ser feita externamente por uma empresa especializada da matéria, porque o que pretendemos, é prestar o melhor serviço possível aos cidadãos. Agora, que fique claro, que as duas pessoas, e são apenas duas pessoas neste momento, que estão nesse serviço, uma delas vai ter de continuar e a outra provavelmente também porque é necessário ali dar apoio a quem vai também nos prestar esse serviço, mas é importante dizer que há aqui uma preocupação até porque isto tem sido falado também com as próprias pessoas do próprio serviço. E neste momento apenas são dois até. E estamos a articular porque também eles que nos dão apoio são necessários continuar.”

6 – Foi declarado aberto o período da ordem do dia, dando continuidade à reunião anterior.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2021.

6.1.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Mesa, se me permite antes de começar, muito rapidamente, hoje é o Dia Internacional das Migrações, o nosso pesar pelo falecimento ontem de Celina Pereira. Celina Pereira era uma das grandes figuras da nossa cultura, uma das grandes difusoras da MORNA e não havia figura para trazermos já um voto de pesar, mas não queria iniciar a nossa ordem de trabalhos sem dar aqui esta palavra por parte do Município de Almada, onde a Celina Pereira, viveu nos últimos anos, mais de 20 anos aqui, onde exerceu um trabalho extraordinário junto das nossas escolas, como contadora de histórias, onde foi uma grande dinamizadora da comunidade Cabo-verdiana no nosso Concelho. Portanto, lamentar junto da sua família naturalmente, dos seus amigos, do povo cabo-verdiano, mas também junto de todos os almadenses que hoje certamente choram o desaparecimento de Celina Pereira. Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais, voltamos mais uma vez com a proposta de IMI, que se mantém inalterável desde o ano passado e desde há dois anos. Muito debate corre relativamente a esta questão da taxa de IMI, importa relembrar que Almada tem a 2ª menor taxa de IMI de toda a Península de Setúbal, é importante lembrar essa questão. E que naturalmente, a questão do IMI, e já que ontem foi tão falada e partilhada a preocupação com a solidez financeira e com a perda de rendimentos eventuais para a Câmara Municipal, ao nível da devolução do IRS, importa lembrar, que o IMI, é de facto, uma das principais receitas do Município. E é com base nessa receita, que podemos por um lado, garantir a requalificação do nosso espaço público, mas também encarar com mais confiança as políticas nomeadamente, de habitação, mas não só, esta taxa no fundo é uma receita para toda a atividade da Câmara Municipal, mas uma perda, uma baixa significativa nesta taxa, tem repercussões muito mais gravosas aliás, do que a baixa do IRS. E tem do ponto de vista quase estrutural. Sobretudo porque esta taxa, é uma baixa que se manterá ao longo dos anos. Portanto, não há baixas e depois aumentos, isso é uma coisa que não acontece, era preciso que fosse mesmo uma coisa absolutamente excecional. Por outro lado, eu devo dizer que, quem mais paga de IMI e até pelo tipo de investidores que surgem, nós estamos a falar de grupos, os novos grandes projetos de Almada, seja ao nível da reabilitação, nós não estamos a falar de pessoas individuais, a questão da casa familiar, da unidade familiar, da moradia, mas quer dizer, por exemplo, perdoem-me eu tentar simplificar a ideia. Aqui há tempos o Bloco de Esquerda insurgiu-se contra a reabilitação do Lazarim, não sei se o Bloco de Esquerda está com intenções de diminuir a taxa do IMI para os investidores que reabilitam o Lazareto, porque aí sim, estamos a falar de grandes quantidades de IMI. Temos uma série de fundos, que neste momento estão a investir em Almada, e bem, e bem, porque estão a reabilitar e são essenciais para a nossa economia, mas está disponível o Bloco de Esquerda e a CDU para baixarem o IMI para esses fundos? É porque é disso que estamos a falar, são eles os maiores contribuidores em termos absolutos. Portanto, há neste momento de grande desafio, neste momento de crise económica, eu poderia usar todos os argumentos que foram usados ontem, relativamente à devolução do IRS, e importa lembrar, que a devolução do IRS é a devolução de rendimento direto, às famílias, a cada um dos elementos da família, para dizer aos Senhores Deputados Municipais, onde é que está a coerência? Onde é que está a coerência. E, portanto, eu volto a dizer, esta taxa é a 2ª taxa, penso que só Alcácer é que tem uma taxa menor. E também tem que haver alguma coerência, alguma coerência regional, é uma coisa que também não faz mal tentarmos ser coerentes ao nível regional. À nossa volta, todos os Municípios têm taxas de IMI acima. Se a preocupação é sermos concorrenciais, nessa matéria já somos. Por outro lado, o baixar o IMI nesta altura, de facto, poderia trazer um desequilíbrio tal, nas contas do Município, que todos os projetos, seja ao nível social, seja ao nível da habitação, seja ao nível do investimento, seja ao nível até dos apoios, a margem que teríamos seria muito menor. Felizmente hoje vamos debater aquela que é a maior proposta de orçamento de sempre da Câmara Municipal de Almada. Portanto, nesse sentido, é verdade, que a receita fiscal que é devida ao Município, o ano passado teve um aumento muito expressivo. Essencialmente o ano passado. Essencialmente devido ao IMT e não só. Mas a boa gestão diz que teve um aumento muito expressivo ao mesmo tempo que estávamos a aumentar a margem de devolução do IRS. Isso significa, que de facto, nós temos que ter cuidado na forma como gerimos as receitas do Município. Nós não podemos e aqui também diretamente respondendo a muitos dos senhores munícipes e aqui aí senhor munícipe José Manuel Batista, que tem reclamado e bem a questão da infraestruturização das AUGI, e nós já dissemos várias vezes, o Município de Almada, tem que garantir e tem que assumir as suas responsabilidades, relativamente às AUGI e aos núcleos destacados. E essa responsabilidade tem custos, tem custos. E as pessoas têm que sentir que ao pagar veem o resultado da sua contribuição. E isso era o que faltava em Almada. É que as pessoas pagavam e não viam o resultado da sua contribuição. E, portanto, neste momento por todo o Concelho, estão a ver esse resultado e a todos os níveis.



Estão a ver na requalificação do espaço público, estão a ver na reabilitação dos equipamentos, estão a ver nos planos sociais que estamos a montar, estão a ver no dinamismo que está em todo o Concelho e que foi naturalmente afetado por este ano, mas que, mesmo assim abrandou, mas não parou, não parou. Essa é que é a questão essencial. É que cada um contribua e a sua contribuição é vista e é sentida também por cada um em todas as partes do Concelho. Portanto, é a razão pela qual, a taxa que propomos aqui, é de facto, a manutenção da taxa em 0,36%, para os prédios urbanos, uma majoração em 30% mas isso já estava da taxa do IMI para os prédios degradados, aplicar o nº 3, do artigo 112º do CIMI para vigorar em 2021, que eleva as taxas previstas no mesmo artigo para o triplo nos casos dos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos dos prédios em ruína, por exemplo, essa é outra das questões onde temos trabalhado muito, que é, nem sequer havia o levantamento, mas é importante que os almadenses saibam, que nem sequer havia o levantamento dos prédios em ruína. Não há. E como não há levantamento dos prédios em ruína, nem sequer é possível aplicar a legislação de penalidades, e de construir uma verdadeira política de habitação também ao nível do combate aos imóveis em ruínas. Ou seja, a Câmara Municipal de Almada, nem sequer dava a si própria, os instrumentos necessários para ser eficaz nas suas políticas. E, exatamente como ontem descrevia a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, é todo este trabalho rigoroso, sistemático, de organização, de inventariação, para termos a certeza de que estamos a fazer não só a coisa correta, mas como a coisa justa, que os serviços têm sido incansáveis a fazer. Portanto, nesse sentido também, fixar a redução em 15% da taxa de IMI aos prédios urbanos com eficiência energética, considerando como tal os classificados com a e a+, ou que em resultado de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior em pelo menos duas classes face à classe energética anteriormente certificadas. Importa também dizer que, ao nível do 6º e 7º do artigo 102 do Código do IMI, também fixamos as áreas territoriais correspondentes às zonas delimitadas de Freguesias conforme o anexo presente à proposta e que se dão por integralmente reproduzidas e eu aqui não vou revê-los todos. Propomos minorar em 30% a taxa de IMI, para vigorar em 2021, para prédios localizados nas zonas da reabilitação urbana, no fundo é isto, são as ARU que todos nós conhecemos bem. Importa lembrar todo o sistema que também estamos a criar e isto é particularmente importante para a Costa da Caparica, introduzimos uma zona de reabilitação urbana na Costa da Caparica, porque precisamos de facto, de todo o movimento de reabilitação urbana nessa zona, e eu quero lembrar que, quando aumentamos as zonas de reabilitação urbana, isentamos de IMI e IMT, quem reabilite durante 5 anos. Portanto, a perda de receita que fazemos, é uma perda de receita estratégica que tem que ter aplicação imediata, no território. É o princípio das Áreas de Reabilitação Urbana. Que foi muito eficaz e que, aliás, já estava introduzida para algumas zonas, alguns núcleos históricos e que nós estamos a aumentar e queremos aumentar cada vez mais para todas as zonas do Concelho. Mas tem de ser de forma progressiva e nomeadamente, para a Costa da Caparica, que já foi aliás, aprovada. Portanto, para as zonas fixadas e também isenção para os prédios habitacionais cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento junto à Câmara Municipal. E qui também estamos a criar incentivos ao arrendamento de longa duração e por isso tem uma redução de 20% no IMI. Face ao arrendamento de longa duração poderão ter uma redução de 20% no IMI. Falamos ainda em isentar do IMI os prédios localizados nas áreas de reabilitação e isentar do IMT as aquisições de prédios urbanos ou frações autónomas destinadas exclusivamente à habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado nas áreas de reabilitação urbana, isentar de IMI naturalmente, as Coletividades de Cultura e Recreio, as organizações não governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecido a utilidade pública e quando estes imóveis naturalmente, se destinam ao prosseguimento direto dos seus filhos. Aliás, esta isenção era a isenção que já existia e, portanto, aqui também consideramos que é mais do que justo continuar. Determinar para o efeito de assunção ao conceito de grande intervenção a utilização do preço de construção da habitação por m2 fixado nos termos da Lei, do Decreto-Lei 329, assim como determinar a redução de 70.00€ (setenta euros) do imposto para o prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cuja composição integre 3 ou mais dependentes nos termos do Código do IRS. Tudo o que eu li é basicamente a proposta do ano passado, sendo que a grande diferença não está nas taxas, está sim na definição das zonas em que estas reduções e estas isenções de IMI e de IMT, operam, e com a grande diferença nomeadamente, na Freguesia da Costa da Caparica.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/ Municipais João Gerales (CDU), José Rocha (BE), Carlos Guedes (Ind.), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), José Lourenço (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta proposta, a CDU pretende apresentar formalmente uma proposta de alteração, ao ponto 1 da parte deliberativa, e uma proposta de eliminação, do ponto 10 da mesma parte deliberativa. Relativamente ao ponto 1, a Câmara Municipal propõe a fixação da taxa de IMI a aplicar em 2021 em 0,36%, mantendo o valor que vigora desde 2017. Eu quero lembrar aqui que Almada tem a 7ª maior receita do país em Imposto Municipal sobre Imóveis. Quero lembrar também, que o próprio Orçamento que vamos discutir daqui a pouco, proposto também para 2012, prevê um aumento na ordem de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros), na receita de IMI para 2021. E, portanto, a baixa de 0.01% na taxa de IMI, ainda daria para aumentar a receita prevista para o ano 2021. A Senhora Presidente disse há pouco que Almada tinha a 2ª mais baixa taxa de IMI praticada, não percebi muito bem se é na Área Metropolitana de Lisboa, se na Região, onde é, mas de qualquer forma eu quero lhe dizer, consta no portal das finanças, acabei de o consultar, o seguinte: Alcácer do Sal tem 0,30%, Grândola tem 0,35%, Palmela tem 0,35%, Santiago do Cacém tem 0,35%, Amadora tem 0,30%, Cascais tem 0,34%, Lourinhã tem 0,35%, Oeiras tem 0,30%, Sintra tem 0,30% e Vila Franca de Xira tem 0,30%. Se Almada tem a 2ª com 0,36%, alguma coisa nas contas está errada. A proposta que a CDU faz é em alternativa à da Câmara Municipal, que a Assembleia Municipal decida fixar a taxa prevista no ponto 1 da proposta em 0,35%, ou seja, um ponto percentual abaixo. Relativamente ao ponto 10 da parte deliberativa, a CDU mantém uma posição contra a aplicação do chamado IMI Familiar, tanto mais numa situação em que a proposta que a maioria apresenta, se aplica apenas aos agregados familiares com três ou mais dependentes, deixando de fora todos os restantes agregados com dependente em número inferior àquele. Por essa razão, a CDU propõe a eliminação do ponto 10 da proposta apresentada pela Câmara Municipal. Caso as duas propostas apresentadas pela CDU não sejam aprovadas pela Assembleia Municipal, solicitamos a votação final da proposta apresentada pela Câmara Municipal por pontos.”

6.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero fazer um pedido de esclarecimento à intervenção da Senhora Presidente da Câmara, que são basicamente duas questões que fazem depender depois um pedido de intervenção que faco neste momento para intervir depois em função das respostas da Senhora Presidente, pelo que precisava mesmo de ouvir a resposta às questões para depois ouvir. E as questões são as seguintes: quantas famílias em Almada pagam IMI? E se o executivo tem esse número eu gostava de o saber e destas famílias quantas são abrangidas pelo IMI familiar e qual é o valor total dessas isenções? Da mesma forma quantos proprietários estão isentos ao abrigo do artigo que a Senhora Presidente referiu já na parte final da sua intervenção?”

6.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a este documento, o Bloco de Esquerda mantém a proposta que tem apresentado desde o início deste mandato, que é a redução do IMI de 0,36% para 0,35%. Tendo em conta que IMI é um instrumento fiscal com impactos em termos de mobilidade geográfica, e em termos de escolha de aquisição de imóvel, é importante ter em conta a caracterização do Concelho. Historicamente, temos no nosso Concelho muitas famílias trabalhadoras que adquiriram casa própria, por alternativa ao arrendamento inexistente. Temos hoje, uma larga maioria de proprietários da classe trabalhadora, e é para esses que que pedimos um alívio fiscal. Essa não é uma medida inédita em tempos de pandemia, é bom lembrar que o município governado pelo Partido Socialista na Amadora, adotou este ano esta medida, como forma de ajuda no combate a crise. E não menos importante, é preciso ter em conta, que apenas o Concelho de Loures, apresenta uma taxa de IMI superior à de Almada. E já agora, importa salientar, que ao longo dos últimos 5 anos, a receita cobrada em sede de IMI, se



tem mantido estável. Estamos a falar de um valor mínimo de (29.389.609€ (vinte e nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil e seiscentos e nove euros) em 2017, e um máximo de 30.965.540€ (trinta milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e quarenta euros) em 2015. Sendo que, ao longo dos últimos 3 anos, a receita cresceu cerca de 4.4%, num valor aproximado de 1.300.000€ (um milhão e trezentos mil euros), e nesse sentido, achamos que é legítimo exigir à Câmara Municipal de Almada que, por uma questão de equidade fiscal com a generalidade dos Municípios da Margem Norte do Tejo, por urna questão de descompressão fiscal sobre as famílias, sobretudo num ano que se afigura difícil como o de 2021, faria sentido baixar a taxa de IMI para os 0.35%, sendo que tal teria um impacto previsível pouco significativo, tendo naturalmente em conta, os benefícios para os milhares de famílias residentes no nosso Concelho. Fica assim evidente, que as razões aqui elencadas, justificam o voto contra do Bloco de Esquerda, em relação ao ponto 1 nesta proposta, que mantém o IMI nos 0.36%, contrariamente ao que tem sido proposto pelo Bloco de Esquerda desde o início deste mandato. Em relação ao ponto 10 do documento em discussão, está claro que o chamado IMI familiar resulta do acordo com o PSD e da cedência do Partido Socialista que sempre defendeu a descida do IMI enquanto oposição. Um agregado familiar, que tenha a seu cargo três ou mais dependentes, não significa necessariamente que tenha mais dificuldades ou menos rendimentos que um agregado com menos dependentes. Pensemos por exemplo, nos casais de idosos que passam tantas dificuldades. O Partido Socialista e o PSD, escolhem baixar para alguns, quando podiam baixar para todos.

Portanto, o que o Bloco de Esquerda aqui propõe, é que no ponto 1 em vez dos 0,36%, seja fixado o IMI para 2021 em 0,35%. Se não for aceite a proposta do Bloco de Esquerda, pedimos então para que seja votada esta proposta ponto por ponto.”

6.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu creio que estou a ver a versão correta do Regimento, artigo 12º, os pedidos de esclarecimento devem ser formulados logo que finda a intervenção que os suscitou, sendo respondidos pela respetiva ordem de inscrição tendo em conta os tempos globais atribuídos. Se eu faço um pedido de esclarecimento, que dele vai depender a intervenção que quero fazer, creio que estou a interpretar corretamente o Regimento que diz que os pedidos de esclarecimento são feitos no final da intervenção e devem ser respondidos pela ordem que são formulados. Não diz de facto, que devem ser respondidos de imediato, mas creio que é uma interpretação correta que estou a fazer.”

6.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acerca do tema do IMI, a nossa posição mantém-se consistente com os anos anteriores, mantém-se também consistente com a abordagem que ontem aqui fizemos acerca do IRS. Trata-se do IRS, o Imposto sobre o Rendimento, o IMI trata-se do Imposto sobre o Património, tanto um como o outro beneficiam logicamente, quem mais rendimentos tem, quem mais património tem. Não que isso seja uma coisa má, ter rendimentos ou património, logicamente, as pessoas têm fruto do seu trabalho quer uma coisa quer outra, agora objetivamente sabemos que uma redução ou um aumento, têm impacto sobre aqueles que tiverem maior volume deste tipo de património ou de rendimentos. Neste sentido, o PAN tem defendido que por política fiscal, devemos ter em atenção as consequências que a redução destes tributos ou a devolução no caso do IRS, tem sobre a receita municipal, num Município que sabemos nós, está fortemente carenciado de habitação. Este é sempre um tema apaixonante, sabemos bem, há muitos anos, se discute o IMI e as reduções do IMI, eu pessoalmente numa redução de IMI, tenho um benefício mensal de 83 cêntimos, esses 83 cêntimos, materializam-se em vários anos de mandato em muitos milhões de euros, para Câmara Municipal, milhões de euros esses, que podem beneficiar diretamente a habitação e as carências de habitação, obviamente não estou aqui a supor nem a propor o princípio da não consignação orçamental, mas obviamente tem esse impacto. E sabemos que, nesta fase das nossas vidas até podemos com esses rendimentos ou com essas receitas por exemplo, ajudar o alojamento local, transformando em habitação num Município onde temos falta de habitação como sabemos, disponível, concreta



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fisicamente, e por exemplo até futuramente numa crise do turismo que se venha a antever, transformar a hotelaria em lares de idosos que tão necessários são. É a nossa visão sobre estas matérias, agora a visão de governo sobre estas matérias, é diferente da daquilo que nós depois defendemos em termos de política fiscal, que tal como no mandato anterior da CDU, sempre apoiamos a política fiscal independentemente de estarmos ou não alinhados com ela, porque se aprovamos a despesa também devemos aprovar a receita.”

6.1.2.6 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava de dar um contributo relativamente à questão suscitada pelo Senhor deputado Municipal Carlos Guedes. Por pedidos de esclarecimento relativamente a uma proposta, entende-se um pedido de esclarecimento relativamente a um ponto da proposta que por si só, precisa de esclarecimento, isto é que não é suficientemente explícito. O que o Senhor Deputado Municipal fez, foi uma intervenção a suscitar outros elementos a propósito da discussão que estamos a ter. De qualquer modo, a Senhora Presidente da Câmara desejando, responderá à intervenção que fez, o Presidente da Assembleia tem dúvidas sobre a qualificação que apresentou, mas também não acho que haja grande vantagem em aprofundar muito este debate.”

6.1.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando responder a todas as questões do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, há uma questão que é importante frisar. Estas isenções, tudo isso é depois transmitido a Autoridade Tributária. E, portanto, toda e qualquer identificação do montante global tem que ser feito em articulação com a própria Autoridade Tributária. Portanto, não é tão linear e temos que deixar algum tempo, para poder fazer a avaliação e verificar a avaliação por exemplo, da pergunta muito concreta que o Senhor Deputado Municipal, nos pede relativamente a quantas famílias beneficiaram do IMI familiar. Nesta altura, digo-lhe eu com toda a franqueza, é uma luta permanente que nós temos com a Autoridade Tributária, para poder ter o melhor possível, a discriminação inclusivamente das receitas, de vez enquanto nós recebemos os montantes fiscais com alguma periodicidade, e às vezes recebemos um grande montante vindo da Autoridade Tributária e chagamos a estar um ano para perceber de onde vinha essa receita. Ou seja, não é qualquer coisa, até pelo pouco tempo que existe esta alteração a nível do IMI familiar, em relativamente pouco tempo para eu poder dar uma resposta concreta e com a exatidão que o Senhor Deputado Municipal certamente espera e merece. E, portanto, isso é uma das questões essenciais. É a resposta que lhe posso dar neste momento. Relativamente à questão do IMI, eu tenho sempre um problema com o Senhor Deputado Municipal João Galdes. Eu tenho isto que foi retirado justamente: taxas de IMI à Área Metropolitana de Lisboa deste ano. Agora vou dizer, Palmela, Almada, Seixal, Moita, Sesimbra, Setúbal, Barreiro, Montijo e Alcochete, eu penso que eu disse a coerência à volta. Palmela, em 2020 tinha 0,36% para 2021 vai passar para 0,35%. Não venha aqui confundir as pessoas. Palmela decidiu para 2021. Almada mantém. O Seixal desceu de 0,38% para 0,36%. A Moita passou de 0,375% para 0,37%. Sesimbra tem 0,40%, Setúbal baixou de 0,45% para 0,44%, Barreiro mantém nos 0,38%, o Montijo baixou de 0,38% para 0,37% e Alcochete passou de 0,399% para 0,38%. A Capital do Distrito de Setúbal é 0,44%. Portanto, o Senhor Deputado Municipal, vem sistematicamente anunciar questões, o único que desce naquilo que é a zona Sul da Área Metropolitana de Lisboa, se quiser que eu diga assim, o único que fica abaixo de nós, é de facto Palmela após as alterações que fez este ano. Seixal baixou para 0,36% igual a Almada. É muito fácil fazer demagogia com esta questão. E os Senhores que tiveram tantos anos responsabilidades, deviam ter algum pudor em fazê-lo desta forma. Portanto, mais uma vez, se estão tão preocupados com a perda de receitas, onde inclusivamente, aí sim, acham que é desigual baixar e aumentar a devolução do IRS, porque acham que alguém que ganha 600 euros ganha demais. Acham que é um salário grande. Quem é que os senhores querem proteger com esta baixa do IMI? Os novos investidores?”

6.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Eu não quero arrastar esta discussão que não leva a lado nenhum, não é sequer interessante, mas quero aqui relembrar só duas questões. Primeiro, se esta questão veio à baila foi porque a Senhora Presidente da Câmara, a Senhora Presidente da Câmara e mais ninguém, disse aqui que Almada tinha a 2ª taxa mais baixa, eu trouxe aqui da Região de Almada e da dimensão do Concelho de Almada, trouxe aqui alguns exemplos. Se a questão veio à baila é por isto, não é mais nada. Mas disse uma coisa mais importante, que a Senhora Presidente esqueceu, é que Almada, tem a 7ª receita mais elevada do país, em matéria de IMI. Tem a 7ª receita mais elevada do país em matéria de IMI. Era só este esclarecimento que eu queria prestar, porque a questão veio aqui porque a Senhora Presidente da Câmara afirmou taxativamente, que mais baixo do que Almada só tinha Alcácer do Sal e eu tentei demonstrar que não é verdade, que mais baixo que Almada só tem Alcácer do Sal. Portanto, é tão simples quanto isto e com números que estão no sítio das finanças, no sítio da Autoridade Tributária não fui que inventei e são para 2020. O que está cá escrito no sítio da Autoridade Tributária é que são taxas para 2020. Só mais uma nota, é que a Senhora Presidente da Câmara referiu a Capital do Distrito, há Municípios, que infelizmente não podem baixar a taxa de IMI, embora politicamente, má gestão do Partido Socialista, má gestão da maioria Socialista, embora já não esteja na Câmara Municipal há 20 anos, mas deixou uma herança, e a Capital do Distrito, está hoje ainda a pagar a fatura e por isso não pode baixar a taxa de IMI como politicamente a Câmara Municipal de Setúbal gostaria de baixar.”

6.1.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É evidente, que esta discussão tal como a discussão ontem em torno do IRS, resultam de promessas eleitorais, que estão em confronto com o PS e o PSD, que assumiram em 2017 uma determinada trajetória, o Bloco de Esquerda e a CDU, o CDS-PP e o PAN assumiram outra. O PAN já percebemos que não é carne nem é peixe nestas matérias, mas é uma posição. Agora, a Senhora Presidente quando fala em demagogia, a demagogia é o PS 2020 não respeitar o PS 2016 e anos anteriores nos quais o PS propunha constantemente a redução da taxa de IMI. Mas, porque é preciso ter memória, é o PS utilizava precisamente o argumento de Almada ser um dos Concelhos com maior taxa de receita do IMI e que nós íamos observando desde 2007 ou 2009, ano após ano, a receita do IMI neste Município, foi sempre subindo. Portanto, demagogia é isso. E quando a Senhora Presidente da Câmara diz que temos que, na sua intervenção disse e eu passo a citar palavra por palavra: “temos que ter rigor na forma como regemos as receitas fiscais”. Ora, rigor, é quando lhe perguntam quantos trabalhadores vão beneficiar e em que montantes mais ou menos, da devolução do IRS, quando sabemos que a Autarquia vai devolver entre 3.000.000.00€ (três milhões de euros) a 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros) e resposta é: “não sabemos”, isso não é rigor. Quando perguntamos quantas famílias vão beneficiar da redução do IMI quantos proprietários vão beneficiar e ao fim de três anos ainda não sabem, porque a proposta é vossa e é uma promessa eleitoral vossa. Ao fim de três anos ainda não têm resposta para isto, isto também não é rigor. E Senhora Presidente da Câmara, não sou eu que mereço a exatidão das suas respostas, quem merece são os munícipes, sabe porquê? Porque saímos e os Senhores vão fazer campanha eleitoral para as redes sociais e para outros lados, dizendo que vão devolver o IRS aos almadenses, quando não vão devolver coisa nenhuma. Vão devolver dinheiro que seria de todos, e redistribuído por todos, através da ação do seu executivo e vão devolver uma parte substancial a quem mais recebe, a quem mais desconta. Como é evidente votarei contra as várias propostas da Câmara Municipal, visto que de facto, o rigor não é nenhum.”

6.1.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só muito rapidamente para responder ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, que o PAN tem sido coerente ao longo de todos estes anos em relação à política fiscal. O PAN, tem legitimado como legitimou as descidas de IMI que a CDU propôs e legitima que agora o IMI não desça por uma razão de política fiscal do Município, já fiz questão de esclarecer isso, como fiz questão de esclarecer a coerência entre a política fiscal que o PAN teria se fosse Governo, e que se relaciona com uma questão que eu não vejo coerência nesta Assembleia Municipal, e que tem a ver com o IRS e com o IMI, que no fundo nas suas reduções beneficiam quem mais tem, mas há pessoas aqui que têm uma posição, embora o efeito seja o mesmo, num imposto tem uma posição,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

noutro imposto tem outra. O PAN é coerente e o PAN tem sido coerente na política fiscal e na forma como a legitima independentemente de o executivo ser CDU ou ser PS.”

6.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é no fundo a continuação do debate que fizemos ontem, sobre as opções fiscais que são tomadas aqui em Almada. As opções que este executivo tomou e que no nosso entender são corretas, é de introduzir 1,5% do valor que os almadenses têm na sua coleta de IRS. E nós também sabemos aquelas que foram as propostas do Partido Socialista no passado. E convém também desmistificar de vez essa questão. Quando Almada tinha um dos maiores IMI da Península de Setúbal, tinha um IMI que era de 0,4%, o Partido Socialista propôs ao longo dos vários anos, que essa taxa fosse reduzida para 0,36%, a partir do momento em que essa taxa foi reduzida para 0,36%, ainda por ação de um executivo liderado pela CDU, não encontrará nenhuma proposta do Partido Socialista para que este IMI fosse ainda mais reduzido. Pelo simples facto que não é através desse imposto que a desvalorização fiscal deve ser feita neste momento. Portanto, não é demagogia, e quando se fala em demagogia, demagogia é dizer que o Partido Socialista no ano passado propôs a redução do imposto. O Partido Socialista propôs a redução do imposto para 0,36%. Não propôs, porque uma das coisas que fomos ouvindo aqui nestes à parte, é que há uma série de Concelhos que têm esse mérito porque fizeram essa redução. A redução dos impostos não tem mérito, do ponto final onde nós vamos chegar com essa arrecadação de receita. Almada já está neste momento num ponto que nos parece que é equilibrado, face aquilo que são as outras opções fiscais que temos à nossa disposição. Obviamente, se a Câmara Municipal tivesse fundos ilimitados, poderia baixar todos os impostos que tem à sua disposição e isentar todos os impostos que tem à sua disposição. Isso não acontece, a Câmara Municipal tem que fazer opções. A opção que o Partido Socialista tomou no programa eleitoral e que tem vindo a ser seguido pelo executivo e muito bem, foi a de baixar o IRS que estava no valor máximo, paga IRS quem tem rendimentos em média superiores a 660.00€ (seiscentos e sessenta euros) por mês, já percebemos que a CDU de Almada, entende que estas pessoas não devem ver o seu IRS diminuído. Porque entendem que este valor afeta estas pessoas, mas também afeta quem tem mais rendimentos, é verdade, mas afeta de forma progressiva, porque a coleta não é feita de forma igual para todos, dependendo também do seu rendimento. Da mesma forma que diminuir o IMI, vai afetar a quem tem um imóvel, mas também afeta quem tem 5 ou 10 e já falamos sobre isso ontem. Portanto, estamos apenas a falar de uma questão de opções e o Partido Socialista, ao longo dos anos tem sido absolutamente coerente. É fácil para quem está na oposição fazer esta jiga jogas em que nós entendemos, aliás, as forças políticas desta Assembleia Municipal até o têm demonstrado. Porque por exemplo, a CDU nos locais onde é poder, tem invariavelmente na Península de Setúbal taxas de IRS superiores aquelas que são, neste caso, cobradas em Almada. E como a Senhora Presidente da Câmara referiu e bem, na Península de Setúbal que tem um IMI mais baixo do que Almada, é o Município de Palmela. Em todos os outros, inclusivamente, no Seixal ou em Setúbal a Capital do Distrito, a taxa do IMI é superior. Portanto, nem parece ser uma opção da CDU relativamente a este ponto. Quanto às opções do Bloco de Esquerda, confesso que também não as percebo, porque na questão do IRS abstêm-se, provavelmente porque o Partido Socialista é a favor, na questão do IMI entendem que se deveria baixar porque aí é que está a verdadeira razão e a verdadeira diminuição da carga fiscal que incide sobre os almadenses, aqueles almadenses que recebem 800 euros por mês esses é que não, esses devem continuar a pagar os valores que pagam atualmente. Esta é a posição do Bloco de Esquerda e da CDU, não é obviamente a nossa. E também referindo aquilo que já foi dito, quer dizer, acho que a afirmação se responde a si mesmo ou estas afirmações caracterizam-se a si mesmas. Caracterizar a gestão que tem sido feita no Município de Setúbal pelas opções que foram tomadas há mais de uma década atrás, quando nós sabemos os problemas e confesso que conheço bem o Concelho de Setúbal, conheço bem os problemas que existem, conheço bem a política que é feita em Setúbal, que se baseia em maquilhagem, em fazer demonstrações públicas de grandiosidade de qualquer coisa, quando na verdade existem milhares de pessoas em dificuldades no Concelho de Setúbal, existem opções que são tomadas pelo executivo que são do meu ponto de vista e do ponto de vista político, são profundamente duvidosas, e, portanto, esses argumentos até, reparem vem de uma força política que entende que o Partido Socialista devia resolver em três anos e meio tudo aquilo que não se fez ao longo dos últimos



quarenta anos, vir dizer que em Setúbal as coisas não são feitas ou Setúbal está no estado em que está, as pessoas passam as dificuldades porque há mais de uma década houve uma governação de outro partido, enfim, caricatura-se a si próprio, e julgo que nem sequer merece aqui a nossa particular apreciação. O que importa verdadeiramente é salientar isto, é preciso responsabilidade na aplicação das opções fiscais, este orçamento será o maior do Município para fazer face às crises pandémica, social, económica que vamos ter, que vamos enfrentar e que já estamos a enfrentar. A Câmara Municipal de Almada faz aqui uma opção e é uma opção que o grupo de eleitos do Partido Socialista aprova. Ou seja, é a opção de baixar o IRS que é coletado a todos os almadenses, sabendo que a taxa do IMI já está num nível que é perfeitamente equilibrado. Se no futuro for possível que nós possamos em Almada baixar ainda mais a taxa do IMI ou baixar a taxa de IRS ou outros impostos de outra forma, nós avaliaremos em cada situação. Neste caso e até tendo em conta o compromisso do Partido Socialista para o ato eleitoral 2017, congratulamo-nos porque de facto, este executivo cumpriu aquilo que era o programa com que foi eleito.”

6.1.2.12 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um pequeno contributo apenas para esta discussão. Eu ontem referi aqui um número que eu acho que é muito importante quando estamos a discutir estes aumentos ou manutenções. Portanto, quando falamos do IRS, do IMI e é um número que vale a pena registarmos, se tivermos boa-fé nesta matéria. A receita fiscal direta do Município, aumenta neste mandato 22%. Vale a pena registarmos este número. Dizer-vos que, em 2017 o Município recebeu de receita fiscal, 51.800.000.00€ (cinquenta e um milhões e oitocentos mil euros) e em 2019, recebeu 64.900.000.00€ (sessenta e quatro milhões e novecentos mil euros). Se isto dá margem para baixar o IRS, porque é uma promessa eleitoral, imaginem, deste executivo esta mensagem forte. É uma promessa eleitoral. Há promessas e promessas. Se isto não é margem suficiente para que se mexa no IMI, que ainda por cima é um imposto que afeta, é bom termos esta ideia, e já aqui foi referido, afeta a esmagadora maioria das famílias portuguesas. E este ano, não está a ser um ano nada fácil, como todos sabemos, para a esmagadora maioria das famílias portuguesas. Se não temos margem para mexer no IMI, desculpem, mas eu acho que nunca mais vai mexer no IMI. Se nem numa altura destas, com uma folga destas em termos fiscais, em termos orçamentais, porque reparem, a receita fiscal aumenta 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), mas o investimento baixa mais de 50%. Não há execução, há margem. Diferente seria dizerem-nos, que os níveis de despesa, de investimento, que tínhamos eram muito elevados e obviamente, as receitas eram necessárias. Não é o caso. Isto é uma clara insensibilidade social do PS, do PSD, do CDS e do PAN. Desculpem, isto é insensibilidade, não vale a pena termos rodeios em relação a esta matéria. Era só isso que eu gostava de dizer.”

6.1.2.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estar a falar do aumento da receita fiscal, sem estar a falar do aumento do orçamento que passou de menos de 100.000.000.00€ (cem milhões de euros) para 128.000.000.00€ (cento e vinte e oito milhões de euros), e sem falar dos montantes globais do investimento já executado e no último mandato, é obviamente mais uma vez querer atirar areia para os olhos. E quando de facto, uma força política com as responsabilidades que tem em Almada, não tem nada mais do que atirar areia para os olhos, é preocupante até para o bom funcionamento democrático do nosso Município.”

6.1.2.14 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu iria falar sobre esta matéria do orçamento e vou falar na intervenção que fizer. Mas é oportuno referi-lo agora. De que vale um orçamento de 128.000.000.00€ (cento e vinte e oito milhões de euros) o que é isso? Quando os níveis de execução são baixíssimos. O que interessa é o que se executa. Por amor de Deus, não mandem areia para os olhos das pessoas, todos os anos apresentam um mapa num belíssimo PowerPoint, com o orçamento inicial. O orçamento inicial é importantíssimo sem dúvida, para os Municípios que ganham o respeito quando executam aquilo que prometem. Para os Municípios, para quem os orçamentos são coisa que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

não se cumpre, o que está provado que acontece com este Município, o orçamento inicial não significa nada. Literalmente nada. Sigam a despesa executada, isso é que conta e aí temos os níveis mais baixos de sempre de execução de despesa. Não façam demagogia por amor de Deus.”

6.1.2.15 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta matéria o CDS-PP tem sido muito claro ao longo dos anos. Infelizmente, este ano a Câmara Municipal não vai poder baixar o IMI, nós podemos até compreender relativamente ao argumento que a Senhora Presidente da Câmara Municipal aqui apresenta, relativamente à receita e tendo toda esta conjuntura pandémica que estamos a ultrapassar. Entende o CDS-PP que poder-se-ia, através de escolhas, porque isto é tudo uma questão de escolhas, poder baixar um pouco o IMI, mas respeitamos a Câmara Municipal que não vai baixar o IMI e, portanto, com certeza essas verbas serão canalizadas para outros setores da sociedade municipal. Mas porque o Senhor Deputado Municipal da CDU referiu aqui o CDS-PP e mais uma vez digo, o CDS-PP sempre foi a favor da baixa do IMI. O CDS-PP apresentou inclusivamente, para este orçamento, aquela proposta, penso estar atento, aquilo que foi a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes, relativamente à baixa do IMI a partir do 3º filho. Mas eu também recorro à CDU que essa proposta já foi apresentada pelo CDS-PP, na altura em que a CDU era executivo. E, portanto, essa proposta também nunca foi colocada em prática. Portanto, aquilo que o CDS-PP vem aqui informar, mantém também a ideia e a proposta, isto é, aquela que foi mencionada para a baixa do IMI a partir do 2º filho, mas relativamente ao IMI, não ter sido baixado o IMI, mas também ele não agudizou tendo sido aumentado, o CDS-PP vai votar a favor dessa proposta e com certeza mais uma vez recriando a memória dos Senhores Deputados da CDU que, já na altura do vosso executivo também o CDS-PP apresentou a proposta do IMI. E quem diz do IMI, diz outras tantas propostas que os senhores quando estavam no executivo não as colocaram em prática. Mas ainda bem mudaram, é bom ver no século XXI o PCP e a CDU mudar e adaptarem-se aos novos tempos. Portanto, fica aqui esta ressalva.”

6.1.2.16 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) e o Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) apresentaram uma proposta de alteração ao ponto 1 do documento em apreciação e o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) apresentou ainda uma proposta de eliminação do ponto 10 do documento em apreciação. Foi ainda solicitado que, a serem rejeitadas as propostas apresentadas fosse o documento em apreciação votado ponto por ponto.

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das propostas, seguindo a ordem regimental.

6.1.3.1 – Assim, a proposta de alteração do ponto 1 foi votado primeiramente, tendo sido rejeitada por maioria, com 20 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 17 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes.

6.1.3.2 – A proposta de eliminação do ponto 10 do rejeitada por maioria com 20 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 14 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.1.3.3 – Seguidamente passou-se à votação ponto por ponto do documento em apreciação, sendo primeiramente votado o ponto 1, o qual foi aprovado por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que



o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 17 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes.

6.1.3.4 – Passou-se depois à votação do ponto 10 do documento em apreciação, tendo sido aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 14 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; e 4 abstenções, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do CDS-PP.

6.1.3.5 – Passou-se à votação da parte restante do documento em apreciação, tendo sido aprovado por maioria com 36 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal da PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes.

6.1.3.6 – Assim, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada nos seus precisos termos, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 25º, nº 1, alínea d) do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Código do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (CIMT), e com os artigos 44º e 44.º B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e tendo em consideração a al. a) do art.º 14.º e o n.º 2 do art.º 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quer no que respeita ao IMI e IMT enquanto receita municipal, quer à capacidade do município de conceder isenções totais ou parciais dos impostos municipais, aprova:

- 1. Fixar em 0,36% a taxa de IMI para os prédios urbanos, para vigorar em 2021 (art.º 112º, n.º 1, al. c) e n.º 5, do CIMI);*
- 2. Majorar em 30% a taxa do IMI para os prédios degradados, para vigorar em 2021 (n.º 8 do art.º 112º do CIMI);*
- 3. Aplicar o nº 3 do art.º 112º do CIMI, para vigorar em 2021, que eleva as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos de prédios em ruínas;*
- 4. Fixar a redução em 15% da taxa de IMI, para vigorar em 2021, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, considerando como tal os classificados com A/A+, nos termos do disposto no DL 118/2013, de 20 de agosto ou que, em resultado de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior, em pelo menos duas classes, face à classe energética anteriormente certificada (n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º-B do EBF);*
- 5. Para os efeitos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 112.º do CIMI, sem prejuízo de opção por outro regime mais favorável:*
 - a. Fixar as áreas territoriais correspondentes às zonas delimitadas de freguesias, conforme anexos à proposta e que se dão por integralmente reproduzidos;*
 - b. Minorar em 30% a taxa de IMI, para vigorar em 2021, para prédios localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários tenham, entretanto, comprovado, até 30 de setembro de 2020, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2019 e setembro de 2020;*



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

c. Aprovar a redução em 20% da taxa de IMI, para vigorar em 2021, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento, junto da câmara municipal, até 30/06/2020 (n.º 7 do art.º 112º do CIMI).

6. Isentar do IMI os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana, que tenham sido objeto de ações de reabilitação, nos termos definidos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, por um período de cinco anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;

7. Isentar do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT) as aquisições de prédio urbano, ou de fração autónoma, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na área de reabilitação urbana, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;

8. Isentar do IMI, ao abrigo do estabelecido no n.º 1-m) do art.º 44.º do EBF, as coletividades de cultura e recreio, as organizações não-governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios destas entidades, quando estes se destinem ao prosseguimento direto dos seus fins, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI);

9. Determinar, para efeito da subsunção ao conceito de “Grande Intervenção”, constante da al. gg), do art.º 2.º do Dec. Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua atual redação, na determinação do valor do edifício, a utilização do preço de construção da habitação por metro quadrado, fixado pela última vez nos termos do Dec. Lei n.º 329-A/2000, de 22 de dezembro, ou seja, pela Portaria 353/2013, de 4 de dezembro, de 801,06 €;

10. Determinar, ao abrigo do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, na sua atual redação, a redução de 70€ do imposto para o prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar cuja composição integre três ou mais dependentes, nos termos do Código do IRS.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro que aprovou a proposta n.º 835/2020 (DCAO).

6.1.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco para apresentar uma declaração de voto;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Imposto Municipal sobre Imóveis, denominado de IMI, é um imposto direto que recai sobre os proprietários, sendo um meio de tributação anual onde as autarquias arrecadam uma porção considerável da sua receita. A proposta apresentada pela Câmara Municipal de Almada (CMA) em sessão ordinária de Assembleia Municipal do mês de dezembro de 2020 com vista a definir o imposto a aplicar no ano de 2021, foi apresentada aos deputados municipais com o garante do não aumento nem agravante da taxa de IMI no concelho, mas, ao mesmo tempo, entendeu a autarquia, que deveria manter o respetivo imposto em 0,36% para prédios urbanos, o grosso modo da tipologia dos imóveis no concelho de Almada. Da mesma proposta fazem parte um conjunto de benefícios fiscais inseridos no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-lei n.º 215/89 de 1 de julho, na sua atual redação, onde é atribuído determinadas benesses estipuladas na lei aos vários requisitos que se encontrem em vigor por parte dos proprietários, a fim de consubstanciarem melhoramentos e conservação ao nível do parque habitacional, aplicando isenções ao imposto direto sobre os beneficiários. Com um cenário económico inconstante e imprevisível devido à pandemia de covid19, todos os benefícios outorgados às populações, nomeadamente às famílias, aquelas a quem recaem diversos impostos e taxas derivadas da lei, é sempre um desanuiar financeiro às suas economias e despesas fixas e voláteis derivadas das suas necessidades, em rigor, às necessidades básicas e imprescindíveis de primeira linha como é o caso à habitação condigna. Entende ao mesmo tempo o CDS-Partido Popular, que a receita obtida pelo respetivo imposto deve ser aplicada na reabilitação do espaço público e na requalificação urbana a par e sem prejuízo de outros objetivos locais, de outros investimentos e intervenções por parte das autarquias em resultado de fonte de receita, aliás, uma das principais fontes de receita das autarquias locais. Assim, neste quadro, acresce-se o seguinte: no entendimento do CDS-Partido Popular a câmara municipal poderia ter ido um pouco mais longe,



uma vez que manteve em 0,36% a taxa de IMI sem diminuir ou aumentar por força da não-perda de receita importante para o município segundo argumento da mesma, implementado como era proposta do CDS-Partido Popular em Almada, o desconto referente ao IMI Familiar a partir do segundo filho, e não só, a partir do terceiro como está em vigor no município. Entende o CDS-Partido Popular que este imposto que recai diretamente nas famílias proprietárias de habitação própria, seria um sinal de uma autarquia verdadeiramente amiga das famílias e contribuiria, em paralelo com outras medidas locais e estatais, para o incremento da primavera demográfica levando ao incentivo quer à natalidade quer à manutenção ou mesmo à migração de jovens casais para o concelho que tanto é necessário para ajudar o seu desenvolvimento futuro.”

6.2 – O Senhor Presidente da Assembleia informou que, conforme foi consensualizado na Conferência de Representantes os pontos 3.8 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2021, 3.9 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2021 e 3.10 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 da WEMOB seriam debatidos em conjunto, sendo no final votados separadamente.

6.2.1 – Para apresentação das propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado.

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Orçamento da WEMOB, serei breve, até porque relatando aquilo que tem sido o esforço feito pela empresa durante este ano 2020, e nós sabemos, já foi aqui muitas vezes debatida a situação em que se encontra a empresa, todas as empresas de estacionamento municipais, relativamente à situação da pandemia. Dito isto, há todo um processo de estabilização e de reestruturação no bom sentido, da reorganização da empresa. Quero dar aqui aquelas que são as principais linhas de atuação para 2021, que passam naturalmente pela implementação do novo Regulamento Geral de Estacionamento, a aquisição de mais equipamento, a requalificação e ordenamento do estacionamento em parques ao ar livre, a implementação da gestão dos novos parques das praias da Costa da Caparica, na requalificação daqueles que já são aliás, da Câmara Municipal, o reforço de recursos humanos afeto ao serviço do Flexibus, a prioridade é podermos vir a aumentar este serviço de proximidade, o reforço de frota afeta à gestão do Litoral, que a empresa também tem a seu cargo, aliás, como a participação, a empresa será naturalmente convidada a participar na elaboração daquele que é um plano integrado de reabilitação de toda a Frente Atlântica, como um dos agentes importantes a agir naquela zona, a melhoria do website da WEMOB, e a reativação do serviço de gestão de veículos em fim de vida. No global a empresa prevê um rendimento na ordem dos 3.147.358.00€ (três milhões, cento e quarenta e sete mil e trezentos e cinquenta e oito euros), rendimentos próprios mais o Contrato-Programa, que se propõe que seja na ordem dos 499.000.00€ (quatrocentos e noventa e nove mil euros) relativamente ao novo Contrato-Programa, até por causa das novas competências da empresa, e um gasto na ordem dos 3.128.080.00€ (três milhões, cento e vinte e oito mil e oitenta euros), resultando um saldo líquido positivo de 19.278.00€ (dezanove mil duzentos e setenta e oito euros.). Importa lembrar que, a empresa WEMOB, tem uma lógica de gestão diferente da Câmara Municipal e que tem que poder recuperar e reabilitar neste ano de 2020. Portanto, é esta a proposta que fazemos. Relativamente à apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, se me permitem, vou ler um texto até para ser mais breve. Apresentamos hoje, aquele que será o último orçamento deste mandato tão especial. Especial por ter representado a primeira alternativa democrática do Poder Local na Câmara Municipal de Almada. Ao nível das políticas sociais e de habitação, no reforço da programação cultural, e frequência de públicos, no melhoramento dos serviços públicos e atendimento ao município, na requalificação do nosso espaço público, e no reforço dos serviços de higiene urbana, com o maior investimento de que há memória. Nestes 3 anos, foi também possível lançar mecanismos de participação e cidadania ativa, reforçar apoios e subsídios ao Movimento Associativo, aumentar a oferta de ensino e investir em melhorias no parque escolar. Importa também referir os melhoramentos já realizados ao nível das condições



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de trabalho e da valorização e desenvolvimento profissional dos nossos trabalhadores. A título de exemplo, temos 120 trabalhadores inscritos no Programa Qualifica, que eu quero desde já felicitar pelo seu empenho e pela sua coragem é preciso coragem e dedicação para nunca desistir da sua própria qualificação. Assim também especial na aposta muito clara, na que foi feita no reforço das políticas municipais, para toda a promoção do bem-estar animal, mas também, de toda a preservação dos espaços verdes. Estes são apenas alguns exemplos, muito mais poderia dar do trabalho apurado que se tem vindo a desenvolver, para dotar o Município das melhores condições para os seus munícipes. Mas também para melhorar a economia local. Estes resultados que aqui vos apresento hoje, foram possíveis graças a uma boa gestão que temos vindo a fazer como aliás, o comprovam, os resultados do Anuário Financeiro dos Municípios de 2019. Analisando os resultados do mais recente Anuário, constatamos que Almada é um dos 10 melhores Municípios de grande dimensão em eficiência financeira e o 2º melhor do Distrito de Setúbal, estando à nossa frente apenas o Montijo que é de média dimensão. Sendo que também temos vindo a aumentar sucessivamente o seu orçamento e montantes totais de execução. Por isso, Almada é o 12º Município do país com maior independência financeira, com maior índice do valor desde 2010, e o 1º posicionado deste ranking no que se refere aos Municípios de grande dimensão do Distrito de Setúbal, que deles constam. Esta boa gestão que temos tido nos últimos três anos, foi determinante para enfrentar com robustez, as dificuldades que este ano de 2020 nos trouxe. Mas também, projetar Almada em 2021 com confiança. Como todos sabemos, 2020 foi um ano particularmente difícil, que nos exigiu respostas imediatas aos desafios impostos pela situação de pandemia pelo COVID-19. A Câmara Municipal de Almada atuou desde o primeiro momento, implementando todas as medidas de segurança e garantindo o necessário apoio às mais diversas situações de fragilidade resultantes da situação. Estamos conscientes que, os efeitos desta pandemia não se circunscrevem ao ano que agora termina. E sabemos que 2021 será um ano de incertezas, no qual temos de continuar a ser capazes de nos adaptarmos. É, pois, com satisfação e com confiança que hoje vos apresento esta proposta de orçamento para 2021. O maior orçamento de sempre deste Município, com um valor global de 128.000.000.00€ (cento e vinte e oito milhões de euros) mais 19.000.000.00€ (dezanove milhões de euros) do que em 2020. Este é também um orçamento que apresenta um aumento de 51% do investimento, face ao ano anterior, reflexo do empenho da Autarquia, em garantir uma rápida recuperação económica e a mitigação dos impactos sociais do último ano. Assim, propomos um aumento de 36,5% nos eixos da solidariedade, inclusão e habitação. Como Grandes opções do Plano nestas áreas, destaco a continuação do Plano Almada Solidaria, nas suas 3 vertentes, Almada Cuida, Almada Próxima e Almada Emergência, um investimento de 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros), e a implementação da Estratégia Local de Habitação, com um investimento já previsto de 8.500.000.00€ (oito milhões e quinhentos mil euros), e que inclui a reabilitação de 250 fogos, a construção de 100 novos fogos para realojamento e o início do Plano Almada Poente com 3.500 fogos em parceria com o IHRU, com acesso a verbas a fundo perdido e empréstimo bonificado. Na Educação teremos mais 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) que nos permitirão dar início às obras de remoção do amianto em todas as escolas do Concelho, sinalizadas para o efeito, e executar obras de requalificação em refeitórios escolares municipais. Prosseguindo o nosso compromisso para com a educação, 2021 será também um ano em que faremos um investimento na ampliação da oferta de ensino, abrangendo todos os níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário. Reservamos 5% deste orçamento municipal para a cultura, onde destaco o regresso 20 anos depois, do Festival de Música dos Capuchos, a conclusão da musealização da Arte Xávega, o regresso do Festival Sol da Caparica e a 1ª Edição do Festival Resistências. Temos vindo a fazer da higiene urbana uma das nossas prioridades, e em 2021, prevemos um investimento de 6.400.000.00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros) um aumento de 54% face a 2020. Apesar das melhorias que têm vindo a ser implementadas nestes últimos anos, é fundamental continuar a assegurar a aposta na qualidade deste serviço, tão fundamental para o bem-estar de todos. E aproveitando que falo em bem-estar, não posso deixar de referir o investimento na Autarquia, no lançamento da construção em 2021, do Centro de Bem-Estar Animal ou Centro de Recolha Obrigatório. Esta tem sido também uma preocupação nossa e prosseguindo com um compromisso assumido, propomos nesta área, um aumento de 150% face ao ano anterior. No âmbito do Desporto e Juventude, faremos uma clara aposta no investimento da reabilitação e na manutenção de equipamentos desportivos, implementaremos a incubadora juvenil, de empreendedorismo social. Faremos uma aposta reforçada na requalificação do espaço público, avançando com obras estruturantes e há muito necessárias, das quais destaco naturalmente, a Estrada Florestal, o início da requalificação do eixo central, o Largo de Cacilhas, o



Presidio da Trafaria, a Avenida do Mar, o troço final da IC20 na Costa da Caparica, a rua dos Pescadores e o fim da obra de requalificação do Caramujo/Romeira. Ao nível do Ambiente, faremos a conversão da iluminação pública de todo o Concelho de Almada para Leeds, daremos continuidade a instalação de mais ilhas ecológicas, e implementaremos a recolha seletiva de bio resíduos. Por último, na área de proximidade, vamos realizar a primeira edição do Orçamento Participativo do Município de Almada. No âmbito das Freguesias teremos um reforço de 40% das transferências, com vista a dotar as nossas Freguesias dos meios necessários ao exercício das novas competências. Quanto a esta questão, permitam-me saudar as Freguesias que assumiram desde já, o compromisso de aceitar esta transferência de competências, o que permitirá por sua vez, melhorar o trabalho na lógica de proximidade com os nossos munícipes, colocando o interesse das populações em 1º lugar. Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, caras e caros munícipes, esta é a nossa proposta para 2021. Estes são os nossos compromissos para com todos os almadenses. Estes últimos 3 anos têm sido anos de muito trabalho e nem poderia ser de outra forma, trabalhamos para os almadenses e para o Município, acreditando e defendendo todo o potencial humano, patrimonial, natural económico e social, do Concelho. Almada tem tanto para oferecer que pode encarar o futuro com confiança. Estamos aliás, a trabalhar em diversos projetos estruturantes de desenvolvimento do Concelho a curto, médio e a longo prazo. Seja no âmbito do programa 20/30, seja no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência 2020/2026, em todas as suas vertentes. Assim, e no âmbito da Estratégia Regional da Área Metropolitana de Lisboa, permitam-me que destaque alguns deles com particular relevância. A proposta que fizemos do lançamento de estudo para uma nova travessia do Tejo, o desbloquear do impasse com a Cidade da Água, as necessárias infraestruturas de transportes de interface multimodal e terminais fluviais assim como, a ligação do Metro Sul do Tejo Cacilhas/Laranjeiro e a conclusão do estudo do Metro até à Costa da Caparica. Assim como, a abertura de novos nós de acesso à A2, mas também o projeto do Innovation/District no Monte da Caparica, com um investimento de diversos stakeholders em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, e naturalmente, o projeto integrado de recuperação e valorização de toda a frente atlântica. No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, estamos a trabalhar no sentido de concretizar medidas e reformas, que potenciem o tecido económico local, nomeadamente na criação de corredores ecológicos, na reabilitação da frente ribeirinha assim como da atlântica, e na requalificação dos estabelecimentos escolares, já para não falar de toda a política de habitação que este Plano vai permitir dar com maior ênfase. Falamos também da reabilitação do nosso património, com a reabilitação do antigo edifício da sede da EDP, do grande Arquiteto Keil do Amaral, assim como o edifício das celas do Presidio da Trafaria, que é um compromisso, assim como o lançamento de um projeto de reabilitação integrada de toda a zona do Palacete José Gomes, que está toda ela classificada e o projeto de reabilitação das Piscinas de São Paulo. Esta é a nossa ambição para o Concelho para os próximos 10 anos, e por isso, já iniciamos trabalhos para todos estes projetos, para que possamos responder com celeridade assim que as candidaturas abrirem. Este é um orçamento de concretização, de inclusão e de requalificação, mas é também um orçamento de aposta no futuro, é a nossa proposta de trabalho para 2021, preparando e projetando já o desenvolvimento do Município a médio e longo prazo. Quero apenas terminar naturalmente, com uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS. Assim como, a todos os que fazem parte do universo municipal, desde a WEMOB, ARRIBATEJO, NOVALMADAVELHA e AGENEAL. A todos o meu muito sincero obrigado, pelos seus serviços, pelo seu trabalho e pela sua dedicação. Sabemos que é com eles que contamos para continuar a proteger, a promover e a desenvolver Almada.”

6.2.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste ano de 2021, assinala-se mais urna marco do histórica dos SMAS de Almada que celebram 70 anos de funcionamento e de serviço aos almadenses. Neste quarto onde do mandate autárquico, o compromisso com os Almadenses de valorizar a água como bem público e essencial de gestão pública municipalizada, focada numa perspetiva de excelência continua presente. Reiteramos a gestão pública e municipal de todo o ciclo urbano da água no Concelho de Almada, conforme assumido desde o início do ciclo autárquico. As Opções do Plano dos SMAS são um documento orientador da atividade a desenvolver, estando elencado em três linhas de orientação:

- Garantir a satisfação das necessidades dos utentes;
- Sustentabilidade da Organização e Sustentabilidade



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ambiental. Tendo como propósito garantir estes vetores, os SMAS de Almada continuarão a promover o desenvolvimento das atividades e da qualidade dos serviços públicos essenciais, de abastecimento de água e saneamento a toda a população. Como tal, gostaríamos de referir que vamos continuar a reforçar as ações para a requalificação e desenvolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras dos SMAS. - Reforçar a captação, adução e reserva de água; - Reabilitar as redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais; - Conservar e manter as infraestruturas existentes; - Adquirir os equipamentos necessários ao adequado funcionamento dos serviços.

Na área de satisfação dos utentes, gostaria de realçar alguns pontos: Vamos continuar a executar o Programa de Controlo e Qualidade da Água, nos termos do documento aprovado pela a ERSAR; Vamos assegurar um estudo de modelação da rede de abastecimento de água dos sistemas de distribuição para conseguirmos garantir um nível de serviço ainda mais próximo e adequado aos clientes dos SMAS; Dar continuação à implementação das ações do Plano de Segurança da Água; Apostar e continuar a dinamizar todas as áreas que têm a ver com a fatura eletrónica, com os SMAS online, com a comunicação de leituras ou bem como a ver com os pagamentos por débito direto; Implementar cada vez mais e de uma forma mais direta e presente também a questão da solução da fatura eletrónica e destacar também o início, e esperamos naturalmente, a conclusão da construção do futuro Museu da Água da Cidade de Almada, nos depósitos do Cristo Rei. A nível da Sustentabilidade da Organização, destacava aqui também alguns pontos que achamos que são importantes: Vamos promover a 2ª fase de reabilitação das condutas adutoras e distribuidoras na Estrada Nacional 10, sendo que a 1ª fase já está concluída, vamos votar inclusive na segunda-feira, a 2ª fase para que possamos lançar o procedimento, vamos votar em reunião de Câmara; Promover a remodelação das infraestruturas de abastecimento de águas residuais e pluviais ao longo de toda a Avenida do Cristo Rei, e aqui eu destaco isto porque, além da renovação em subsolo nós vamos fazer a reabilitação de toda a Avenida do Cristo Rei e é uma obra de grande envergadura e grande investimento que vai ser assumido pelos SMAS de Almada naturalmente, também em nome do Município; Concluir a renovação das redes de abastecimento de água e drenagem na zona chamada Almada Norte; Dar continuidade à implementação do nosso programa de controlo de perdas de água; Iniciar a obra de remodelação total da rua dos Benvindos às Quintinhas e da rua Fernão Seco; Concluir a construção e a remodelação das redes de drenagem da nossa responsabilidade na Estrada 377; A nível da ETAR do Portinho da Costa, além da beneficiação estrutural de edifícios, temos a reabilitação dos filtros Biofor que é algo muito importante para o tratamento que ali é feito; A nível da ETAR da Mutela, destacava a substituição das coberturas metálicas e reabilitação de vários órgãos nomeadamente a nível dos digestores; Na ETAR da Quinta da Bomba, além de todos os trabalhos que estamos a fazer, medidas corretivas e melhorias que pretendemos continuar a fazer até na sequência da tomada de posse administrativa da obra que fizemos, vamos iniciar como assim esperamos também, a reabilitação dos chamados parafusos de Arquimedes. Além disso, gostaria também de destacar aqui os procedimentos concursais, que vamos continuar a lançar, de preenchimento dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal que vem associado a esta plataforma, bem como o acolhimento e integração dos novos trabalhadores dos SMAS. Iremos dar continuidade a toda a nossa política de sistemas de gestão, a melhoria da frota automóvel por veículos mais eficientes; Continuar as obras que já se iniciaram e inauguração do futuro espaço de atendimento ao público, e deixar estas duas últimas notas neste ponto que têm a ver essencialmente com a renovação de toda a infraestrutura informática, nas suas várias vertentes, é um processo que já começou, e que vamos continuar até porque é um investimento muito grande como vocês podem ver no documento que vos foi entregue, e queremos lançar o processo de reabilitação e entrada em funcionamento do Reservatório da Aroeira para ajudar no reforço do abastecimento em toda a zona da Aroeira, Marisol.

Na parte da sensibilização ambiental, dos vários vetores que vos foram distribuídos, destaco: A elaboração de dois estudos, um sobre a sustentabilidade e eficiência do sistema de abastecimento de água em todo o Concelho de Almada, e o outro que tem a ver especificamente com o impacto das futuras alterações climáticas no mesmo fornecimento de água. Sendo que estes dois estudos também têm em vista o estudo que está a ser feito de forma intermunicipal através da AIA, de todo o plano ou futuro plano de abastecimento dos vários Concelhos desta área, com base em vários pontos. Terminando, os SMAS de Almada, enquanto entidade com autonomia administrativa e financeira, apresentam para o exercício 2021, uma previsão de receita efetiva de cerca



33.000.000.00€ (trinta e três milhões), sendo de 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões) de receita corrente prevista, 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) prevista e € 6.300.000.00€ (seis milhões e trezentos mil euros) de saldo de gerência anterior, o que permitirá financiar a despesa corrente prevista para de 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões) e a despesa de investimento prevista de 10.736.000.00€ (dez milhões setecentos e trinta e seis mil euros). Eu gostaria de destacar este último valor, os 10.000.000.00€ porque na realidade nos nossos investimentos estamos a falar de um plano de investimento de cerca de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros), que é talvez um dos maiores planos de investimento dos últimos anos, mas também salientar que desses 10.000.000.00€ (dez milhões), 7.680.000.00€ (sete milhões seiscentos e oitenta mil euros), são só para renovação de rede de água, da rede de drenagem e da rede pluvial.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/ Municipais João Galdes (CDU), José Rocha (BE), José Lourenço (CDU), André Macedo (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), Maria Luís Albuquerque (PSD), Carlos Revés (CDU), Artur Alfama (PAN), Sílvia Sousa (Ind), Carlos Guedes (Ind), Ivan Gonçalves (PS), e ainda a Senhora Presidente da Câmara e os/as Senhores/as Vereadores/as Teodolinda Silveira, Miguel Salvador.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada é hoje chamada a pronunciar-se sobre os últimos documentos previsionais da Câmara Municipal do atual mandato de 2017 a 2021. Este ano, não sem alguma surpresa, confessamos, a CDU foi chamada a pronunciar-se no âmbito do designado “direito de oposição” com muito mais antecedência do que habitualmente aconteceu no presente mandato. Surpresa igualmente no convite que a Senhora Presidente da Câmara Municipal dirigiu à CDU no sentido de que apresentasse, precisamente em sede do direito de oposição, propostas concretas para a construção destes documentos essenciais da vida do Município. E surpresa ainda quando, fixado o prazo para a entrega das propostas, a CDU foi informada que seria intenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal distribuir por todos os Vereadores membros da Câmara Municipal um esboço das Opções do Plano e do Orçamento para este último ano de mandato, e realizar uma segunda reunião ao abrigo do mesmo estatuto da oposição, para abordagem conjunta da proposta final dos documentos. Tudo isto com prazos: dia 8 de novembro para apresentação das propostas, dia 9 de novembro a reunião dos Vereadores com pelouros para fixação da proposta final das Opções do Plano e do Orçamento para 2021, e logo a seguir, aqui sem data definida, a distribuição do esboço aos Vereadores da chamada “oposição” e o agendamento da referida segunda reunião. A CDU cumpriu a sua parte: dia 8 de novembro de 2020 entregou à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada um conjunto de 33 propostas de ações, atividades e princípios a integrar nas propostas de Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021, e ficou na expectativa de que o processo prosseguisse. Só que, diz o povo e quando o povo diz tem sempre razão, que “quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. Ditado que se aplica, com exatidão, àquilo que efetivamente aconteceu depois no quadro do processo de elaboração dos documentos que hoje apreciamos. A verdade é que as intenções de abertura e colaboração expressas na posição inicial da Senhora Presidente da Câmara Municipal boas intenções, ficaram afinal arrumadas exatamente no mesmo canto escuro em que estiveram durante os três anos anteriores deste mandato, não tendo, ainda desta e uma vez mais, conhecido expressão concreta. Quando esperávamos que por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal e da sua maioria, fosse concretizada alguma diligência no sentido de concretizar os compromissos assumidos em sede de “direito de oposição”, tal não aconteceu. Nem esboço distribuído aos Vereadores sem pelouros, muito menos qualquer outra reunião com a CDU para abordagem do tema. Além disso, das 33 propostas apresentadas pela CDU, 29 foram simplesmente ignoradas, tendo as restantes quatro, ainda que apenas parcialmente, sido incluídas em algum ponto dos documentos que estamos a apreciar. A CDU não pode deixar de criticar com veemência e lamentar profundamente, como tem acontecido ao longo de todo este mandato, a postura assumida pela Presidente da Câmara Municipal e pela maioria que representa. Quando de forma intencional e deliberada por trabalhar sozinha, e eliminando qualquer possibilidade de participação e contributo por parte dos eleitos que não possuem pelouros atribuídos na gestão do Município, incumprindo assim o compromisso assumido com a CDU em sede do direito de oposição, a Presidente da Câmara Municipal e a maioria que representa prestam um mau serviço a Almada e aos Almadenses. Os documentos que aqui apreciamos apenas vinculam e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

responsabilizam quem os apresenta. Por estas razões, e pelas demais que ainda teremos oportunidade de expressar, contarão com a oposição da CDU e, conseqüentemente, com o nosso voto contra.”

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Após a maioria relativa obtida nas eleições autárquicas de 2017, O Partido Socialista garantiu a aprovação de três orçamentos e de todas as propostas essenciais a governação local, através de um acordo político com o Partido Social Democrata, que incluiu a atribuição de pelouros aos dois Vereadores eleitos por este Partido. Importa referir que, no decorrer do mandato autárquico, o Bloco de Esquerda manteve sempre toda a disponibilidade para analisar, negociar e votar, proposta a proposta, todas as matérias de interesse municipal, de acordo com o programa político com que se comprometeu com os eleitores almadenses. E um claro exemplo disso, são as centenas de propostas do executivo aprovadas com o voto favorável do Bloco de Esquerda, como por exemplo: criação de um grupo de trabalho dedicado aos problemas de habitação, por proposta do Bloco de Esquerda, a negociação de uma proposta para internalização do serviço de fornecimento de refeições nas cantinas municipais, as alterações ao Regulamento de Estacionamento e de funcionamento da ECALMA/WEMOB com melhorias significativas para os munícipes, a aprovação da construção de um refeitório na Escola Básica nº 2 do Feijó, ou, já durante a pandemia, a negociação sobre isenção das taxas de ocupação para o setor itinerante de diversão, restauração e comércio local. E a verdade, e que muitos desses compromissos continuam por cumprir. Não existiu qualquer avanço em relação a concessão dos refeitórios municipais a empresas privadas, que não só prestam um mau serviço como alimentam a precariedade. Da mesma forma, nada foi feito quanto a Escola Básica nº 2 do Feijó, cujos alunos continuam a ter de se deslocar ao refeitório da Escola da Alembrança. Outros, como a proposta do Bloco de Esquerda para a criação de uma Taxa Turística ou a inclusão de uma cláusula anti precariedade em todos os protocolos, cadernos de encargos ou outros instrumentos de contratação de serviços celebrados pela Câmara Municipal de Almada, foram simplesmente rejeitados. Nos três orçamentos aprovados até agora, a verdade é que a maioria PS/PSD não teve disponibilidade para negociar com o Bloco de Esquerda, medidas de fundo, que justificassem um voto favorável aos orçamentos municipais. Como consequência de uma governação que se afasta da esquerda, o Bloco absteve-se no primeiro e votou contra os dois últimos orçamentos. E um facto, que na preparação do Orçamento para 2021, a Senhora Presidente Inês de Medeiros, solicitou atempadamente ao Bloco de Esquerda que enviasse propostas que servissem de base a uma negociação orçamental. Mais uma vez, demonstramos a nossa disponibilidade respondendo à solicitação da Senhora Presidente, enviando propostas ao executivo, que correspondem aos compromissos públicos do Bloco de Esquerda em Almada, e que pretendem resolver problemas sérios na vida dos almadenses. O Bloco fez saber ao executivo que estas propostas deveriam ser consideradas no Orçamento de 2021, caso contrário, seria apenas mais uma encenação de negociação em final de mandato, depois de três anos a governar com a direita. E passo a citar um conjunto de 7 propostas, enviadas pelo Bloco de Esquerda para o Orçamento 2021, aliás, algumas já apresentadas anteriormente. 1 - Adoção de uma cláusula anti precariedade em todos os protocolos, cadernos de encargos ou outro instrumento de contratação de serviços celebrados pela Câmara Municipal de Almada; 2 - Adoção de um plano plurianual para a internalização de todos os refeitórios municipais e escolares, geridos pelo Município com garantias de qualidade da comida confeccionada e vínculo digno para os trabalhadores; 3 - Programa de Habitação a Custos Controlados que incluía: Plano Plurianual de construção de fogos municipais, apoio municipal a reabilitação e conversão de alojamento local em arrendamento a custos controlados; 4 - Dotação orçamental para apoio a pessoas despejadas; 5 - Retirada da queixa judicial contra os moradores do Bairro do Laranjeiro e início de um processo negocial, para a resolução da questão humanitária de acesso a habitação que será criada por esse processo, projeto de requalificação da estrada da Fonte da Telha que permita substituir o pavimento existente. 6 - Redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI de 0,36% para 0,35%; 7 - Adoção de uma taxa turística que ajude a financiar a política social de habitação em Almada. Importa referir, que apesar do envio das propostas do Bloco de Esquerda por escrito, dentro do prazo acordado, não obtivemos qualquer resposta, por parte do executivo, nem sequer uma confirmação de receção, o que reflete de forma inequívoca, a ausência total e absoluta de vontade de negociar com o Bloco de Esquerda. Consideramos que este orçamento retrata o



acordo feito a direita. Existe uma falta de concretização de soluções para os problemas estruturais do Concelho, falta de visão estratégica e de propostas para questões fundamentais para o município, como a habitação e o turismo. O executivo não explica de forma clara o que pretende fazer neste último ano de mandato. Ainda sobre o documento em questão, pedimos ao executivo camarário que nos esclareça sobre as seguintes questões: Na linha 010106, o que explica o aumento dos custos com contratos de trabalho a termo? Passa-se de 109.326.00€ (cento e nove mil trezentos e vinte e seis euros) em 2019, para um valor orçamentado de 115.000.00€ (cento e quinze mil euros) no ano passado, e este ano sobe para 590.239.00€ (quinhentos e noventa mil duzentos e trinta e nove euros), cinco vezes mais, tendo em conta que falarmos de contratos a prazo, pedimos que clarifiquem esta questão. Na linha 020115, o que explica que num ano de esforço, o valor atribuído a prémios seja de 317.990.00€ (trezentos e dezassete mil novecentos e noventa euros) um valor superior ao orçamentado o ano passado 250.650.00€ (duzentos e cinquenta mil seiscentos e cinquenta euros) e superior ao registado em 2019, 290.655.00€ (duzentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e cinco euros)? Na linha 02022504, o que explica que este ano, o valor orçamentado para iluminação pública seja de apenas 700.000.00€ (setecentos mil euros), quando em 2019 foi de 2.397.432.00€ (dois milhões trezentos e noventa e sete mil e quatrocentos e trinta e dois euros) e o valor orçamentado o ano passado foi de 2.450.000.00€ (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil euros), tendo em conta que falamos de uma redução de 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) o que justifica esta poupança? Na linha 04070102, como e que se explica que para 2021, ano em que se sabe, vai ser extremamente difícil para as famílias, a verba total de transferências correntes para instituições sem fins lucrativos seja de apenas 5.885.139.00€ (cinco milhões oitocentos e oitenta e cinco mil e cento e trinta e nove euros) quando em 2019 o valor transferido foi de 9.990.808.00€ (nove milhões novecentos e noventa mil e oitocentos e oito euros) e o valor orçamentado o ano passado foi de 7.437.000.00€ (sete milhões quatrocentos e trinta e sete mil euros)? Na linha 07010202, o valor previsto para aquisição de habitação e de 220.000.00€ (duzentos e vinte mil euros) euros, um valor residual, que consegue ser inferior aos 515.000.00€ (quinhentos e quinze mil euros) euros previstos no ano passado e aos 555.000.00€ (quinhentos e cinquenta e cinco mil euros) efetivamente investidos em 2019. O que explica esta falta de investimento público, na aquisição de habitações municipais, quando são amplamente conhecidas as carências a este nível? -Na linha 07010203, o valor destinado a reparações e beneficiações de habitações e de 2.261.037.00€ (dois milhões duzentos e sessenta e um mil e trinta e sete euros), um valor efetivamente superior ao contemplado em anos anteriores 1.078.000.00€ (um milhão setenta e oito mil euros) previstos em 2020 e 637.840.00€ (seiscentos e trinta e sete mil e oitocentos e quarenta euros) investidos em 2019. Mas aqui, também é importante perceber se esta aposta é mesmo para ser assegurada, ou mais uma vez, o valor aplicado ficará aquém das necessidades. Estas são algumas das questões que colocamos e para as quais gostaríamos que fossem prestados os devidos esclarecimentos.”

6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As Opções do Plano e Orçamento são um documento estratégico da atividade de qualquer município e fundamental para o acompanhamento da sua intervenção local. Este documento deve de uma forma clara e transparente apresentar os objetivos, projetos e ações que o município pretende desenvolver ou em que pretende participar quando em parceria com a Administração Central ou outras entidades públicas e privadas, bem como os custos financeiros daí resultantes e respetivo financiamento. Da mesma forma, o Relatório e Contas anualmente apresentado, deve demonstrar-nos também, de forma clara e transparente ação por ação os níveis de execução física e financeira alcançados. É no confronto entre a qualidade destes dois documentos, ambição, realismo, níveis de concretização e adequada utilização dos recursos financeiros disponíveis no município que se avalia, a boa ou má gestão do município. Falar-se em boa gestão nos últimos três anos, como afirma este executivo na apresentação do Plano e Orçamento para o próximo ano, quando de ano para ano os níveis de execução são cada vez mais baixos, em especial ao nível do investimento, é olhar-se para este município como se fosse uma empresa, olhar-se para os munícipes como se fossem clientes e olhar-se para as necessidades básicas das famílias (educação, cultura, desporto, ação social) que compete ao Poder Local assegurar, nos termos da nossa Constituição da República, como mercadorias a que as populações só podem aceder de acordo com as suas capacidades financeiras. Ao longo destes últimos três anos em que esteve



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

executivo apresentou e aprovou com o PSD, com o CDS-PP e o PAN, as suas opções do Plano e Orçamento, foi já possível constatar pelo acompanhamento da atividade desenvolvida ao longo do ano e pelos respetivos Relatórios e Contas, que entre aquilo que prometem executar anualmente e aquilo que fazem, a distância é cada vez maior. Usando uma linguagem metafórica, este executivo leva-nos a sonhar quando apresenta as Opções do Plano e Orçamento e acorda-nos com um pesadelo quando apresenta o Relatório e Contas. Se com a CDU a execução do Plano e Orçamento ultrapassava os 90%, com este executivo PS as coisas vão de mal a pior, em especial devido à baixíssima execução verificada no Investimento Municipal, a rondar os 50% daquilo que orçamentam, sendo que no presente ano por razões compreensíveis, essa execução ainda é mais baixa. Se foi assim nos últimos três anos, aguardámos com especial expectativa a apresentação destas Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, por razões compreensíveis já que elas coincidem com o final do mandato. Confesso que esperávamos algum eleitoralismo nas propostas de atividades e projetos e ações a desenvolver no próximo ano, mas nunca pensei que fossem tão longe, de tal forma que a determinada altura não sabemos onde acabam as promessas do ano e começam as da década. Este projeto de grandes opções do Plano e Orçamento para 2021, o mínimo que se pode dizer dele, é que é um documento completamente delirante e bem elucidativo do desespero deste executivo dirigido pelo PS em Almada, que vê chegar o fim do seu mandato com as suas mais emblemáticas propostas por cumprir. Vejamos alguns exemplos bem demonstrativos daquilo que afirmamos:

1. Temo-lo dito em vários momentos, este executivo PS baixou os níveis de execução do investimento municipal para níveis nunca vistos nos últimos 44 anos. Tem investido anualmente cerca de 50% daquilo que promete e, no corrente ano, até novembro, pagou apenas pouco mais de 8 milhões de euros (40,3%) do orçamentado, mas para 2021 mais do que triplica esse valor, orçamentando cerca de 29 milhões de euros de investimento.
2. Procurámos, com o rigor que a escassa informação que disponibilizam permite, verificar que investimentos são esses que este executivo vai agora fazer e, concluímos que perto de 50% deste investimento ou está ainda na estaca zero, ou não tem ainda projeto de execução ou nem sequer está adjudicado. Ou seja, não vai de certeza passar do papel no próximo ano, como aconteceu até agora com muitos outros projetos. Fazem parte daquilo que se chama pura propaganda. Sem querer ser exaustivo é este o caso da Reabilitação do Largo de Cacilhas e Av. do MFA, da Requalificação da Estrada Florestal, da Construção de Piscinas Municipais, das Obras de Requalificação da Frente Atlântica, da Reconversão do Edifício da EDP, da construção de Habitação Social.
3. Milhões e milhões de euros estão orçamentados para o próximo ano para serem apenas utilizados em campanha eleitoral, há imagem do que tem sido feito até agora, com muitas obras e atividades prometidas às populações.

Este documento deveria dar-nos a conhecer as atividades e os projetos de investimento que a Câmara Municipal está a desenvolver e programa para o próximo ano e seguintes. Com ele deveria ser possível avaliar com algum rigor a execução de todo o trabalho desenvolvido até ao último mês do ano corrente, comparando-o com o previsto no Plano e Orçamento, mesmo sabendo todos nós a excecionalidade do ano que vivemos.

Seria natural que na apresentação do Plano e Orçamento para o próximo ano, com algum desenvolvimento, fossem apresentadas as ações desenvolvidas pelo município no âmbito do combate à pandemia no corrente ano e programadas para o próximo, bem como os custos financeiros já suportados e programados. Ora no ano em curso, foi criado um projeto denominado “Contingência COVID 19”, o qual foi dotado de cinco milhões e cento e quarenta mil euros, mas nenhuma verba aparece comprometida, sabendo todos nós que algum dinheiro foi já gasto. Uma rápida visita ao Portal BaseGov, permite-nos perceber que a Câmara Municipal de Almada já adquiriu máscaras num valor superior a meio milhão de euros, mas nada nos é dito neste documento sobre qual foi a estratégia da sua distribuição. Era natural que todas as ações desenvolvidas no âmbito do ataque local à Pandemia COVID 19, fossem registadas e contabilizadas neste projeto, em nome do rigor e transparência. Mas nada disso nos foi apresentado e tememos que não esteja a ser feito. Só assim percebemos afirmações da Presidente, de milhões de euros gastos no combate local ao COVID 19, quando o projeto existente não tem qualquer verba comprometida, mas, entretanto, o Portal BaseGov, regista aquisições efetuadas pelo município nesse âmbito, que eu referi há pouco, as máscaras e pouco mais. Sabemos que algum dinheiro tem sido gasto e



YK

que ações têm sido desenvolvidas, não nos foi, no entanto, disponibilizada informação para com rigor e transparência possamos avaliar a intervenção do nosso município no âmbito do combate a esta Pandemia. O executivo PS da Câmara Municipal de Almada que sempre se apresentou como o paladino do rigor e transparência da gestão municipal prova-nos no combate a esta pandemia, como em muitas outras ações e atividades que mais uma vez, não existe qualquer correspondência entre as suas palavras e as ações que desenvolve. As três discussões anteriores das Opções do Plano e Orçamento apresentados pela atual maioria respetivamente para 2018, 2019 e 2020, bem como a execução dos respetivos orçamentos permitem-nos concluir que entre aquilo que foi prometido em campanha eleitoral pelo PS, aquilo que tem sido prometido nesses documentos e aquilo que foi executado vai uma diferença abismal. Eles prometeram muito em campanha eleitoral, prometem muito ainda hoje, mas pouco fizeram, pouco fazem e pouco irão fazer no futuro no sentido da resolução dos verdadeiros problemas da nossa população, sejam eles problemas de carácter social, em particular de habitação, saúde e educação ou de outro carácter, associativo, cultural e até mesmo económico. À opacidade nas Grandes Opções do Plano, adicionam-se no Orçamento para 2021 da Câmara Municipal de Almada as mesmas linhas condutoras em termos fiscais dos três orçamentos anteriores. Depois de ao longo dos últimos 4 anos do mandato da CDU, ter sido aprovada a redução da taxa do IMI de 0,4% para 0,36% para todos as cerca de 47 mil famílias com habitação própria permanente neste Concelho, o que significou uma redução global do IMI arrecadado neste período de pouco mais de três milhões e trezentos mil euros (grosso modo oitocentos e trinta mil euros/ano), o PS com o apoio do PSD, do CDS e do PAN, interrompe nestes três anos de 2018, 2019 e 2020 e para 2021, a redução da taxa do IMI mantendo-a em 0,36%. Ainda não suficientemente satisfeito com a medida tomada e com a injustiça fiscal que essa medida encerra, decidiram em cada um destes três anos reduzir em 70 euros o IMI apenas para as famílias com três ou mais dependentes. Ou seja, em vez de reduzir o IMI para todas as famílias a viverem em habitação própria permanente, privilegiaram os casais com três ou mais dependentes, como se estes casais fossem aqueles que apresentam maiores dificuldades financeiras, o que na esmagadora maioria dos casos não corresponde à verdade. Todos aqueles que se viram obrigados a adquirir casa própria para poderem viver no Concelho, não entendem a razão por que este imposto que incide sobre a sua habitação própria, não é reduzido, podendo o município fazê-lo. Para termos uma ideia da dimensão da receita de IMI em Almada refira-se que se estima possa atingir no próximo ano os 31,5 milhões de euros, ou seja 30% das receitas correntes vêm do IMI. Almada é hoje o 7º município do país como foi aqui já referido, em receita arrecada anualmente com o IMI e a sua redução dos atuais 0,36% para 0,35%, representaria uma redução desta receita de apenas 2,6%. Como se tudo isto não bastasse o PS aprovou pelo terceiro ano consecutivo e com o apoio do PSD, CDS e PAN a devolução às famílias que no Concelho pagam IRS, de parte dos 5% desse IRS que o Governo entrega ao município. Votámos contra esta proposta porque ela ao mesmo tempo que retira ao município cerca de 3,3 milhões de euros de receitas que ele poderia e deveria utilizar na melhoria de equipamentos educativos, culturais, sociais e infraestruturas da sua responsabilidade e de que todos cidadãos do nosso Concelho, em particular os mais desfavorecidos beneficiariam, vai devolver umas dezenas de euros em média às famílias que no concelho possuem rendimentos mais elevados. Não nos podemos esquecer que só recebem esta devolução de 1% dos 5% do IRS que é entregue ao município, as famílias que pagaram IRS e mais de 50% das famílias no nosso país e certamente também no nosso Concelho têm tão baixos rendimentos que não chegam a pagar este imposto. Em síntese com o PS na Câmara Municipal de Almada e com o apoio do PSD, do CDS e do PAN, a política fiscal municipal prosseguida nestes três anos aumenta a desigualdade social no Concelho, já que o IMI baixa apenas para os senhorios e para as famílias com 3 ou mais dependentes e vai devolver-se uma pequena parte do IRS entregue ao município, às famílias com mais elevados rendimentos. A carga fiscal direta, que corresponde à receita do IMI, IUC, IMT e Derrama, nestes 4 anos de mandato do PS sobe 22%. É lamentável e definidor dos princípios que norteiam o atual executivo a afirmação da Senhora Presidente sobre os princípios fundamentais da sua política redistributiva: "Se temos mais receita devemos canalizá-la para o município e para os almadenses". Já todos percebemos quem são esses almadenses para onde canalizam essa receita. Percebe-se agora a dimensão do retrocesso que estamos a viver no nosso Concelho, com o PS na Câmara Municipal de Almada. Um verdadeiro desastre! Três anos depois de o PS ter chegado à Câmara Municipal de Almada são já visíveis os resultados dessa mudança. De um Concelho que com a CDU sempre pugnou pela autonomia do Poder Local e que manteve com os vários governos do país, uma relação franca e leal, mas em que a defesa da autonomia do município nunca era beliscada, o Concelho de Almada, com o PS no poder, está



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

hoje transformado num apêndice de Lisboa, num serviço desconcentrado do Governo, num Concelho que cada vez mais vira às costas à margem sul do Tejo e se lança nos braços da capital. Muitas foram as promessas que o PS fez pelo Concelho antes das últimas eleições autárquicas e que não deixaram certamente de ter influência nos resultados eleitorais. Querem fazer-nos esquecer todas essas promessas que fizeram para este mandato e não cumpriram, reagendando-as agora para a década, com muitos milhões de euros que assumem já que irão receber da Europa. Eles que deitaram fora milhões de euros de Fundos Comunitários de projetos aprovados com a CDU e que se mostraram incapazes de executar aquilo que prometeram. Se Almada foi até 2017, dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa com maior capacidade de execução de Fundos Comunitários, disso beneficiando hoje toda a nossa população, com os inúmeros equipamentos desportivos, educativos, sociais e culturais construídos, hoje Almada é dos piores senão o pior município na utilização dos Fundos Comunitários, com isso perdendo toda a população, em especial aquela que depende da escola pública para estudar, do equipamento desportivo e cultural público, para ter acesso ao desporto e à cultura. Por mais demagogia que utilizem, por mais propaganda que façam, por mais mentiras que propaguem, nós cá estaremos sempre para lembrar tudo o que prometeram, não cumpriram e nalguns casos nem pensam cumprir e simultaneamente mostrar que existe um caminho alternativo que serviu e serve muito melhor os interesses de todos os Almadenses.”

6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Da parte do Partido Socialista, gostaríamos de fazer uma intervenção no sentido de saudar a importância que estas Opções do Plano e Orçamento neste contexto atual, quer no Município, quer no país, mas antes depois de uma intervenção tão surreal como a que abamos de ouvir, seria importante também desmistificar algumas das coisas que foram aqui ditas. Eu pensava que estávamos num debate de Opções do Plano e Orçamento e não Prestação de Contas, portanto, não consegui perceber toda a intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que queria já saber sobre números sobre 2020, que não deviam estar aqui porque estamos a falar das Opções do Plano de 2021, queremos discutir o futuro do Município, queremos discutir o que vamos começar a fazer daqui a um mês, e o Senhor Deputado Municipal está concentrado em ir buscar números de há dois ou três anos atrás, alguns deles falsos, vai buscar números sobre os Fundos Comunitários, que muitos deles se calhar até são inventados porque nem sequer citou a fonte e também insiste no IMI quando sabe muito bem que uma redução como era a que propunha no IMI, iria apenas devolver algumas dezenas de euros em comparação com a grande devolução que é o aumento do IRS devolvido às famílias aqui no contexto do Município. O Senhor Deputado Municipal está a rir-se, é a sua opinião, mas os factos são estes, por exemplo, uma família que pague 500.00€ em IMI, se aplicasse a sua proposta, iria pagar menos 14.00€ no próximo ano. E se comparar isso com a redução do IRS que iria acontecer, o impacto social seria muito maior, abrangeria todos os Municípios que pagam o IRS do Município. Portanto, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, de facto, referiu uma série de questões que não são verdade e que precisam de ser desmentidas e já é hora de isso acontecer. Relativamente a estas Opções do Plano, o Partido Socialista acredita que este Orçamento que é ambicioso, é completo e é transparente. É ambicioso por se tratar de 128.000.000.00€ (cento e vinte e oito milhões de euros) são mais 19.000.000.00€ (dezanove milhões de euros) do que o ano passado e também é o maior Orçamento de sempre. Aqui sabemos que é necessário na presente situação de crise económica e sanitária que vivemos atualmente. Também achamos que é um Orçamento que é completo por se tratar de um Orçamento que ataca em todas as frentes, desde o setor social e da habitação até no espaço público e higiene urbana, passando também pelo reforço no investimento nos setores da cultura, educação e desporto e nas medidas de apoio à economia local. E por fim, ele é transparente porque pelo 2º ano consecutivo, a Câmara Municipal apresenta um Orçamento em que todas as despesas têm plano, rompendo com os desvarios dos anos anteriores dos executivos da CDU, que orçamentavam dezenas de milhões de euros em despesas sem plano. E, portanto, naturalmente, o Partido Socialista gostaria de deixar muito claro que um orçamento desta envergadura, no meio deste contexto de incertezas e imprevisibilidades a nível económico, social e de saúde pública, só possível com a boa gestão nos últimos 3 anos, que fez de Almada um Município com boas contas, invertendo a tendência deficitária que se verificava desde o ano de 2017. Na ação social, gostaríamos de saudar



a implementação do Plano Almada Solidária, este Plano nas suas 3 vertentes conforme referiu a Senhor Presidente da Câmara, permite apoiar os segmentos da população que estão expostos a maiores vulnerabilidades e fragilidades sociais, também gostaríamos de saudar os Programas Municipais de apoio ao cuidador informal com vista a melhorar a qualidade de vida e a situação profissional dos trabalhadores desta área. Queremos também, assinalar aqui, que continua a implementação dos programas de resposta integrada aos sem abrigo com a melhoria dos espaços de acolhimento temporário noturnos e diurnos. No segmento da habitação e isto aqui é de facto, muito importante, porque é uma área que quando era a CDU que governava, de facto, os grandes projetos ficaram sempre na gaveta, e aqui a implementação da Estratégia Local de Habitação, com um investimento de 8.500.000.00€ (oito milhões e quinhentos mil euros), irá reabilitar cerca de 250 fogos municipais e construir 100 novos fogos para realojamento. Aqui destacamos o Programa Almada Poente, com o planeamento de construção de 3500 novos fogos. Também gostaríamos de assinalar que a solução que está a ser trabalhada com o IHRU, para a reabilitação do 2º Torrão, com vista a dar habitação digna aquelas populações. E no que toca ainda à habitação é preciso dizer que, estas políticas vêm tarde, de facto, isto é um reflexo de opção dos anteriores executivos da CDU, para quem os problemas da habitação no Concelho de Almada nunca foram encarados como um problema do Poder Local, esta opção política fez com que durante décadas, este problema se arrastasse, afetando dezenas de agregados familiares com condições de vida indignas e expostos a riscos significativos. Na economia também queremos sobre a situação que atravessa o nosso Concelho, queremos também saudar as medidas de apoio que são apresentadas, consideramos que algumas delas são muito importantes para a retoma da atividade económica, e com particular interesse para as áreas mais afetadas pela pandemia. Aqui queremos no contexto das medidas de apoios aos empresários e comerciante de Almada destacar a criação do balcão do investidor e do cartão do munícipe. É um apoio necessário ao comércio local e aos nossos pequenos empresários que beneficiarão vendedores e consumidores, incentivando ao consumo local e trazendo liquidez ao tecido económico do nosso Concelho. E em particular aqui ao comércio local. Na cultura também queremos saudar a Câmara Municipal, por manter os 5% do orçamento para a cultura. E no que toca à requalificação do espaço público e isto é muito importante, porque de facto, é obra que é feita e vai um pouco no sentido inverso do que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço disse há momentos. Aqui temos talvez a área com o maior investimento a seguir à educação, com um aumento de 4.400.000.00€ (quatro milhões e quatrocentos mil euros) face ao ano anterior, e aqui neste biénio 2020-2021, temos grandes projetos como o da requalificação da rua dos Pescadores e do Caramujo/Romeira, também temos agora para 2021 a requalificação dos Paços do Concelho e do Presídio da Trafaria, e ainda do Largo de Cacilhas e do Eixo Central em Almada. E ainda as qualificações da Estrada Florestal e da Avenida do Mar, de forma a melhorar as acessibilidades pedonais, e rodoviárias na zona da Aroeira e da Charneca de Caparica. No ambiente e na higiene urbana, queremos obviamente, destacar a implementação da iluminação pública por Leeds, e também na recolha dos resíduos urbanos, queremos também salientar a implementação das Ilhas Ecológicas e da recolha seletiva do bio resíduos. Que achamos que é muito importante. Ainda também na higiene urbana é preciso saudar o investimento de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) que é feito, corresponde a um aumento de 54% face ao ano anterior, e de facto, este investimento revela-se necessário para dar seguimento aos processos de aquisição de novas viaturas para a limpeza urbana, bem como ao reforço do serviço de limpeza. A limpeza urbana tem sido uma das prioridades deste executivo e tendo em conta que foi um dos maiores presentes envenenados deixados pela anterior gestão da CDU ao executivo do Partido Socialista, achamos que é muito importante que os almadenses saibam os custos que a Câmara Municipal tem incluído para manter o Concelho mais limpo. Ao mesmo tempo que se debate quando sai a renovação de frotas obsoletas, que são resultado de anos e anos de desprezo pela limpeza do Concelho. Por fim, também gostaríamos de dar destaque, isto é uma medida muito importante, apesar de simbólica, mas 2021 será o primeiro ano de Orçamento Participativo do Município de Almada, um instrumento que possibilita aos cidadãos uma intervenção informada e responsável sobre como aplicar parte do Orçamento do Município, e como já tem sido demonstrado através da implementação deste mecanismo noutros Municípios do país, é um instrumento que põe cidadãos e autarcas a trabalhar em conjunto na melhoria das políticas públicas e na qualidade de vida do Município.”

6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta intervenção estamos a tratar das Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, portanto, o último Orçamento e as últimas Opções para este mandato, e acho que nós nos devemos centrar naquilo que será o futuro. Mas em muitas poucas palavras e porque novamente o CDS-PP foi aqui citado 3 ou 4 vezes, como dando-se a entender que o CDS-PP faz parte de um presente que não interessa nada aos almadenses. Portanto, não podemos concordar com esta mesma situação. E muito rapidamente eu relembro, os crescentes bairros de barracas que foram cada vez mais crescendo pelo Concelho, o desordenamento do território, e atenção, estamos a falar de cerca de 40 anos de Poder Autárquico Democrático da mesma cor política em Almada. As AUGI que nunca se resolveram, as várias vias deixadas a degradar, vias rodoviárias, a degradação do espaço habitacional, que aqui já se falou, e que podemos comparar com outros Concelhos até com Concelhos da mesma força política da CDU, como Loures por exemplo, onde tiveram uma política habitacional muito melhor e com mais sucesso que o nosso Concelho. Estamos a falar também do lixo e dos resíduos urbanos, toda a gente se lembra com é que era nos últimos anos, as queixas que chegavam à Câmara Municipal, as queixas que chegavam aos Deputados Municipais, aos Grupos Municipais, numa situação que os Senhores não conseguiam resolver. Que não resolveram e que está melhor. Recusaram sempre o Orçamento Participativo, claro que, nomeadamente no Estatuto da Oposição, o CDS-PP, eu falo pelo CDS-PP, eramos ouvidos, fazia parte, nunca se recusaram nesse aspeto a dialogar, cumpriam a Lei, mas o que é certo é que depois na prática não implementavam, mas também estavam no seu direito. Ou implementavam depois, dizendo que eram ideias vossas. Mas tudo bem, o que interessa é que elas sejam implementadas. Senhor Deputado Municipal, a diferença é que se calhar, o Partido Socialista ouve e se calhar chegamos a consensos. Essa é a diferença. Agora, também não quer dizer que o CDS-PP esteja de acordo com tudo o que a Câmara Municipal propõe neste momento. Obviamente que não. Mas a democracia é mesmo assim. E, portanto, Senhor Deputado Municipal, já para não nos esquecermos que quando propúnhamos investimento em determinadas áreas, e aquilo que nos diziam, e atenção não estou a falar só dos últimos 4 anos, estou também a falar dos últimos 20, onde o CDS-PP estaria presente, apresentava as propostas e os Senhores diziam que o dinheiro não é elástico, não há dinheiro. Mas depois chegado a maio, em 20 anos gastamos milhares e milhares de euros em relógios, não eram para todos. Só para deixar este facto, que nem eu vou dizer, nem o CDS-PP diz que estava tudo mal nos executivos da CDU, como também não está tudo bem com certeza, no executivo do PS, mas também não está tudo mal no executivo do PS e não esteve tudo bem nos executivos da CDU. Como é obvio. E, portanto, eu quero deixar aqui esta ressalva, apenas com a diferença de que, o PS se calhar consegue chegar a consensos, e na CDU nós democraticamente esse consenso era muito pouco ou praticamente inexistente. Entrando na questão que tem a ver diretamente com as questões do Orçamento e do Plano. Mais uma vez e como eu estava a dizer, o CDS-PP esteve nas reuniões do Estatuto da Oposição, e houveram com certeza aqui pontos convergentes e nomeadamente questões que são bastante caras ao CDS-PP. Que são as questões que tem a ver com a política social e nomeadamente os investimentos e o apoio ao comércio e ao tecido empresarial local, que neste momento estão a passar grandes dificuldades. Nesta matéria encontramos no orçamento medidas que podem e que vão de encontro aquelas que foram também apresentadas por parte do CDS-PP e aqui entendemos que é um ponto positivo. Relativamente ao resto, o país tal como parte do mundo enfrenta uma terrível pandemia, que obriga a profundas alterações e adaptações na sociedade e na forma como nos relacionamos enquanto cidadãos e nessa condição com as instituições que compõem e dirigem a gestão do dia a dia de toda a comunidade. Com uma conjuntura adversa como a que se vive hoje, com prejuízos incalculáveis em termos de saúde e do bem-estar das pessoas, tal como da própria economia com os seus efeitos nefastos para a sociedade, é fundamental que os decisores políticos locais, e nacionais, possam dirigir as suas respostas e adaptar as suas políticas, para a resolução dos problemas mais permentes e que mais marcam a comunidade em resultado das alterações imediatas, causadas por um devastador problema de saúde há muito nunca visto e quase impensável no século XXI. As respostas devem ser calculadas assim em função das necessidades e de cada caso ao mesmo tempo que se gere os orçamentos mediante essas necessidades. O orçamento que hoje vem aqui a esta Assembleia Municipal, e à discussão, é segundo os registos o maior orçamento de sempre, devendo caber grande fatia do mesmo na ajuda e proteção às pessoas, na consolidação da sua saúde e do bem-estar emocional evitando o agudizar dos problemas causados em consequência das alterações profundas ocorridas desde março



até aqui. A prioridade deve ser assim como explanado no documento em apreciação. A política em área social com o reforço de 4.500.000.00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros), distribuídos pelo Plano Almada Solidária, que o CDS-PP sempre viu como necessidade de reforço, tendo em conta as necessidades atrás já mencionadas. É imperativo que as respostas às necessidades primárias e básicas das populações, estejam no combate da primeira linha e sejam amplamente salvaguardadas numa lógica de compromisso constante por parte da autarquia sempre que a realidade assim o exija. Para além do normal funcionamento da gestão dos orçamentos em tempos da dita normalidade, num período tão adverso como aquele que atravessamos, deixa a todos os decisores políticos, em concreto as autarquias, interessantes mas rigurosos desafios onde os investimentos devem e têm de passar em primeiro lugar, pela salvaguarda e pelo garante das condições mínimas de subsistência das pessoas, nomeadamente ao garante da sua alimentação, aos cuidados básicos e mesmo adicionais de saúde onde se inclui a sua estabilidade emocional ao emprego e ao acesso aos bens de primeira necessidade tal como a habitação e à educação. Aqui no plano da habitação, a necessidade de requalificação de zonas degradadas, e a disponibilização de mais fogos a custos controlados, permitirá a que mais gente tenha acesso condigno ao seu conforto, tal como a atratividade e fixação de mais jovens no Concelho e a dignidade de um lar para os mais velhos, salvaguardados da arbitrariedade e especulação imobiliária abusiva nalguns desvios que infelizmente ainda escapam à Lei. Só com um reforço e um plano adequado e arrojado, se pode mudar o paradigma e transformar um Concelho num Concelho livre de zonas de habitação degradada ou mesmo clandestina e aqui incluímos os bairros de barracas degradados, em espaços com dignidade e devidamente ordenados. É preciso mais um investimento, um caminho, mas o reforço apresentado no documento orçamental para 2021, nomeadamente a requalificação de 250 fogos municipais e 100 novos fogos para dar resposta ao 2º Torrão, que nunca foi dado até ao momento, parece ao CDS-PP um bom começo e um bom caminho, num Concelho onde ainda há muito já se começou a sofrer do bum imobiliário, que cresceu exponencialmente atirando o valor das rendas para valores incomportáveis para grande parte dos almadenses sendo urgente e necessário um diálogo franco com todas as partes envolvidas para equilibrar o acesso à habitação com dignidade. No plano da educação o CDS-PP destaca o investimento de 5.000.000.00€ (cinco milhões) previsto para a retirada do amianto das escolas, num Concelho num total de 13.100.000.00€ (treze milhões e cem mil euros) na rubrica. Uma medida há muito esperada e que pode no futuro evitar constrangimentos ao nível da saúde da população, uma vez considerada a perigosidade dos materiais utilizados na construção das infraestruturas do parque escolar local. Já em relação à reabilitação dos refeitórios escolares, irá melhorar significativamente o acesso às refeições por parte dos alunos e restante pessoal, devendo ser acompanhado do reforço de investimento social às várias necessidades com que o Concelho se vá deparando. Para terminar ainda na área da educação, o CDS-PP relembra a necessidade de adaptação dos horários das bibliotecas tal como a criação de uma biblioteca na escola da Charneca e na Costa da Caparica, e a há muito deseja sala ou mesmo salas desejadas noturnas, com horário prolongado para que os alunos possam ter acesso uma maior e melhor qualidade no seu ensino e que até ao momento não foi ainda resolvido. O CDS-PP entende que com 128.000.000.00€ (cento e vinte e oito milhões de euros) é exigente, e espera-se Senhora Presidente da Câmara Municipal, mais respostas aos almadenses que estão por concluir.”

6.2.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Orçamento e Opções do Plano para 2021, que hoje aqui debatemos, revestem-se de particular incerteza. Não sabemos ainda quanto tempo durará a crise sanitária, nem qual a profundidade da crise económica e social, que continuará mesmo depois de retomarmos a normalidade. Todos os setores da economia serão afetados mesmo aqueles que não sofreram o impacto imediato das restrições. O problema é agravado por ser uma crise global e não podermos contar com o dinamismo dos nossos parceiros económicos de Portugal para apoiar a nossa recuperação. Neste contexto, é positivo que a proposta de Orçamento reflita a capacidade de o Município de continuar a investir ao mesmo tempo que inclui medidas com benefícios diretos para os munícipes. Tal como o PSD sempre defendeu, como aliás aqui discutimos ontem, em 2021 haverá um novo aumento da devolução do IRS aos contribuintes. Neste mandato, reduziu-se a participação do Município no IRS de 5% para 3,5%, permitindo devolver só no IRS de 2021, cerca de 3.000.000.00€ (três milhões de euros) aos almadenses. Estamos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

certos, que as famílias valorizam este alívio nos impostos que pagam, numa altura em que as dificuldades económicas atingem tantos e de todas as classes sociais. Continuamos também a defender uma reflexão sobre a evolução da receita com o IMI e uma avaliação dos impactos de novas descidas, seja na taxa, seja no aprofundamento do IMI familiar. O Orçamento Para 2021, mantém uma situação positiva no Orçamento corrente da Câmara Municipal, com alguma otimização do lado das despesas correntes, continuando também a permitir alocar verbas para intervenção municipal. Destacam-se a requalificação do espaço público, nas redes viárias como a Avenida do Mar, a Estrada Florestal e a Estrada dos Capuchos, ou o remate norte do Parque da Paz e no novo Parque Urbano de Vila Nova de Caparica. A substituição da iluminação pública por Leeds, vai gerar uma poupança de centenas de milhares de euros anuais à Autarquia, além de que a redução do consumo de energia corresponde a uma boa prática na defesa do ambiente e no combate às alterações climáticas. Continuamos a promover melhores condições de trabalho para os colaboradores da Autarquia com as novas instalações do Viveiro dos Capuchos, dando seguimento a uma preocupação que tivemos desde a primeira hora. Também na promoção do bem-estar animal, outra área da responsabilidade da vereação PSD, destacamos o lançamento do concurso para a construção do novo Centro de Bem-estar Animal em 2021. Tal como vimos defendendo reiteradamente, importa agora mais do que nunca, melhorar as condições de criação de riqueza no Concelho, só assim, geraremos receita para consistentemente investir mais nas pessoas. Saudamos assim, a intenção da criação de um gestor do investidor, que possa dar uma resposta eficaz, diferenciada e menos burocrática, a todos os agentes com interesse em realizar investimentos em Almada, algo que defendemos no programa que apresentamos aos eleitores em 2017. Devemos ter a ambição de ser o Concelho mais atrativo para investimento na Área Metropolitana de Lisboa, alavancando as extraordinárias condições naturais de Almada, o seu polo de conhecimento científico, os seus recursos humanos e a proximidade a Lisboa. Em particular nas circunstâncias atuais, mas reconhecendo que os problemas existentes são muito anteriores à presente crise, que só os veio agravar, realçamos a aposta clara na intervenção na área social com o projeto “Mais Habitação” no âmbito do programa 1º Direito e do projeto “Almada Solidária”. O objetivo continua sempre a ser o de não deixar ninguém para trás. Este orçamento não é naturalmente igual ao que seria sob a nossa liderança, mas tem um forte cunho do PSD, inclui muitas obras que propusemos, com que nos identificamos e que apoiamos para melhorar a vida das pessoas, para apoiar o movimento social e associativo, para reforçar a qualidade de vida no espaço público, com melhores condições para os trabalhadores, e com maior possibilidade de participação dos cidadãos. Veja-se, por exemplo, o caso do Orçamento Participativo, que estava também no nosso programa eleitoral. O PSD tem sido e continuará a ser, um fator de estabilidade no executivo municipal, a cumprir dentro do que é possível o seu programa eleitoral, mostrando respeito exemplar pelos trabalhadores, proximidade inquestionável com os cidadãos, e com obra feita e muitos projetos para fazer ainda mais e melhor. Sobre o Plano de Atividades e Orçamento dos SMAS, estes que foram aqui detalhadamente apresentados, pelo Senhor Vereador Miguel Salvado, destacamos a abrangência e relevância das intervenções previstas: O acesso à água de qualidade, o adequado tratamento das águas residuais, são hoje indispensáveis para as populações e constituem parte importante do que define a sua qualidade de vida. Estamos certos, que no exercício de 2021, será prosseguido o bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta administração. Uma última nota. Para referir que o PSD vai votar favoravelmente a proposta de Orçamento e Plano de Atividades da WEMOB, viabilizando o seu funcionamento enquanto não for possível a criação da polícia municipal, que desde sempre defendemos ser a alternativa mais adequada para a gestão de diversas competências incluindo o estacionamento, seguindo de resto o exemplo dos Municípios do país com os quais Almada pode e deve comparar-se, quer pela sua dimensão, quer pelas suas restantes características.”

6.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Plano de Atividade e Orçamento dos SMAS de Almada para 2021 é um documento de impossível concretização. Tenta, a todo o custo, transmitir uma ideia de capacidade de execução em termos de investimento que está longe de existir. Se atentarmos ao histórico dos últimos anos, a execução do investimento em PPI, em termos nominais, tem vindo a decair sucessivamente, cifrando-se em pouco mais de 2 milhões de euros em 2019. E o ano de 2020 continua nesta senda. Sendo verdade que este é um ano atípico, devido à



situação pandémica que atravessamos que, sem dúvida, trouxe constrangimentos, o facto é que nos reportando a outubro, conforme dados constantes na Informação da Atividade Municipal dos SMAS, a realização do PPI atinge apenas 820 mil euros, ou seja, uns escassos 10% do orçamento corrigido para este ano. Porém, para 2021, este executivo vem propor um volume de investimento que ultrapassa os 10,7 milhões de euros! E isto num ano que, conforme a Sra. Presidente bem disse na reunião da 1ª comissão desta AM, está cheio de desafios, a pandemia ainda não acabou, as dificuldades e constrangimentos não irão, miraculosamente, desaparecer. Num cenário hipotético, quanto a nós igualmente inalcançável, de todos os compromissos já assumidos em outubro (de cerca de 2,8 milhões de euros) serem realizados, faturados e pagos até 31 de dezembro (que ainda assim colocaria a taxa de execução bem abaixo dos 50%), transitariam para 2021 2,5 milhões de euros de cabimentos já efetuados, mas não compromissados. Retirando este valor ao investimento previsto para 2021, ainda sobriam quase 8 milhões de euros para obra nova, ou seja, valor idêntico ao total do orçamento corrigido de 2020 cuja execução, já vimos, é mínima. Esta incapacidade de execução é, aliás, bem patente pelo arrastar que muitas intervenções têm conhecido ao longo dos últimos planos de atividades dos SMAS. Todos nos recordamos do Plano de atividades para 2019 onde, se se tivesse concretizado, Almada simplesmente pararia com intervenções de grande envergadura na Av. Rainha D. Leonor, Av. D. Nuno Álvares Pereira e Av. do Cristo Rei, 3 eixos estruturantes da nossa cidade. Destas intervenções apenas sobreviveu a última que, com a promessa deste ano, já vai em 4 anos sucessivos, sem ainda até hoje ter conhecido a luz do dia. Mas também, a reabilitação da conduta adutora entre as ruas Lopes de Mendonça e Galileu Saúde Correia (prevista há 3 anos consecutivos), a substituição das tubagens no recinto do reservatório do Pragal e a beneficiação dos edifícios da ETAR do Portinho da Costa (prometidas já em 4 planos de atividades), são apenas alguns exemplos de tantos outros que se poderiam avançar, não fora a opção, neste plano para 2021, de agrupar muitas intervenções em rubricas genéricas de “reabilitação das redes em diversas zonas do Concelho” em detrimento da sua enumeração em concreto. Muito se tem prometido, mas pouco se tem concretizado. Porém, se o investimento é uma questão importante, não nos podemos esquecer de toda a linha de intervenção dos SMAS no dia-a-dia do nosso concelho. A reposta rápida e eficaz às situações emergentes no quotidiano, como roturas, obstruções de coletores, entre tantas outras, é uma obrigação que importa não descurar, a bem da qualidade de vida dos nossos munícipes. Mas esta obrigação não se cumpre sem trabalhadores. E também neste âmbito a análise deste documento e do Mapa de Pessoal para 2021 nos levanta grandes preocupações. A redução prevista para o Mapa de Pessoal, onde o principal corte se encontra precisamente na categoria de Assistente Operacional, o reduzido aumento nas despesas com o pessoal, que limita grandemente novas contratações e a redução na verba para a formação dos trabalhadores (onde apenas encontramos 20 mil euros para formação interna) nada de bom auguram para o reforço da capacidade e qualidade de intervenção no terreno dos SMAS. Resumindo, este Plano de Atividades dos SMAS não responde às necessidades do Concelho. Pelo seu irrealismo e pela fraca aposta na capacitação dos serviços, que aliás, já ficou bem visível hoje aqui nesta Assembleia quando o Senhor Vereador Miguel Salvado assume que se prefere a externalização do serviço de Call-Centre em detrimento da capacitação dos serviços para a prestação de um serviço público de qualidade. Apenas podemos entender esta proposta como sendo já um início de campanha eleitoral, mas completamente desfasada da realidade que a evolução recente nos SMAS claramente demonstra. Por tudo isto, a CDU não pode, em consciência, votar de outra forma que não seja contra o documento agora em apreciação.”

6.2.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Caminhamos para o final de um ano insólito nas nossas vidas. Um ano que demonstrou não só a fragilidade da espécie humana, como também a sua vulnerabilidade a todo um sistema que a própria criou e que há muito deu sinais de falência pela insustentabilidade de um conjunto de práticas que apenas têm fomentado a predação social daqueles que menos têm, a devastação generalizada de ecossistemas essenciais à nossa própria sobrevivência e a extinção massiva de espécies da fauna e flora, num processo irreversível e cujas consequências são, todos os dias, revistas para cenários cada vez mais dramáticos. Almada está na linha da frente das áreas mais ameaçadas no mundo em consequência dos efeitos decorrentes das alterações climáticas. Há em cada um de nós um agente de mitigação deste cenário. É por isso de extrema urgência que todos saibamos, nesta época



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que nos deve remeter a uma profunda reflexão, agir em conformidade com o contexto com que nos deparamos e pelo qual fomos e somos ativamente responsáveis, cabendo aos decisores políticos ter a coragem na tomada de resoluções que nem sempre são fáceis ou populares, tentados que estão ao julgamento nas urnas por medidas que muitas vezes são ainda mal-entendidas, não obstante os constantes avisos da Natureza. Feito este indispensável enquadramento, iniciamos a nossa análise ao processo de elaboração do orçamento hoje aqui discutido saudando o executivo pela abertura demonstrada este ano à apresentação de propostas, prática que lamentamos apenas ocorrer no derradeiro período de mandato e que sempre torna mais rico e plural o produto final deste trabalho. Neste âmbito, apresentou o PAN 38 propostas, muitas delas de reduzido impacto orçamental, procurando melhorias na qualidade de vida de munícipes, a qual é indissociável da necessidade na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis e na concretização de políticas que coloquem na preocupação quotidiana coletiva o bem-estar de todos, a empatia e a compaixão renegando qualquer tipo de sexismo, especismo, racismo ou qualquer outra forma de discriminação. Tal desiderato alcança-se antes de mais pela educação, pela sensibilização, pela promoção da reflexão coletiva. Vemos por isso com agrado no documento a intenção no *“desenvolvimento e implementação de ações de sensibilização para a temática animal, assentes na detenção responsável, na promoção da adoção e na educação das futuras gerações”* e também relevamos o projeto de *“Elaboração de Campanhas e Programas de Sensibilização e Educação Ambiental”*. Em contraponto, lamentamos que, uma vez mais, não haja qualquer referência à criação de uma campanha de sensibilização da população para os impactes ambientais causados pelo excessivo consumo de carne e de peixe e para a necessidade de criação de hábitos alimentares baseados em alternativas sustentáveis, conforme deliberação desta Assembleia sob proposta do PAN, no seguimento de um pioneiro estudo acerca da Pegada Ecológica do nosso Concelho, que se vai mantendo dentro da gaveta, como se tal resultasse em solução para os problemas que o mesmo elenca. Ainda que a realidade seja difícil de encarar, o tempo que estamos a perder na adoção das medidas necessárias apenas tornará mais grave uma situação que é já crítica. Deixámos nesta Assembleia, há um ano, o nosso desagrado e reservas pelo constante adiamento da construção de um Centro de Bem-Estar Animal que permita ao nosso município, mais do que cumprir legalmente com as suas responsabilidades, dotá-lo de uma infraestrutura que permita trazer alguma dignidade no combate aos efeitos do abandono e no apoio ao movimento associativo que, de forma abnegada e resiliente, tem ao longo de muitos anos assumido um papel que não é seu, à custa de sacrifícios pessoais que só quem anda no terreno consegue valorizar devidamente. É por isso com entusiasmo que vemos finalmente reconhecido neste orçamento o compromisso pelo efetivo avanço deste investimento, identificado como um “grande projeto” a desenvolver, uma luta antiga do PAN em Almada, reforçada pela nossa intervenção junto do Governo que ao longo dos anos tem incrementado este apoio aos municípios o qual começou em 2016 com 1 milhão de euros atingindo, no Orçamento de Estado para 2021, a verba de 10 milhões de euros, 7 dos quais destinados especificamente à construção e requalificação dos CROA, montante ao qual Almada se poderá candidatar, mitigando assim o esforço financeiro do município e contribuindo para a definitiva concretização de um investimento há tanto e por tantos ansiado. Mas não se esgota no investimento em infraestruturas o apoio governamental disponível. O Orçamento de Estado para 2021 prevê também, uma vez mais, uma verba de 1.100.000 euros a distribuir pelos municípios que decidam aderir à Campanha Nacional de Esterilização dos Animais. Neste particular, não podemos deixar novamente de referir que o nosso município está muito aquém de um desempenho minimamente aceitável, não fazendo uso deste apoio numa manifesta falta de vontade política na resolução de um problema que está na base da sobrepopulação animal. Ainda assim, notamos positivamente a inclusão nas Grandes Opções do Plano da referência à *“aposta numa campanha municipal de esterilização”*, restando saber se esta intenção permanecerá tímida ou se será dada a efetiva e necessária resposta. Uma vez mais, não serão as questões financeiras a obviar à resolução do problema. Por outro lado, continuamos a ver com sérias reservas a falta de planeamento estratégico em algumas áreas fundamentais, como o sejam na construção de ciclovias onde o executivo se mantém incompreensivelmente de costas voltadas para os utilizadores e para as associações que os congregam, parceiros fundamentais para concretizar um investimento que deve consubstanciar uma mudança de paradigma com o envolvimento permanente de todas as partes interessadas pois só assim os investimentos efetuados poderão ir ao encontro daqueles que deles tirarão usufruto. Não menos importante é a análise das políticas orçamentais relacionadas com áreas relativas a outros direitos fundamentais. A Habitação é um problema crónico do nosso país, particularmente grave no nosso Concelho. Tal como já referimos no ano passado, o livre



mercado imobiliário introduz neste direito tão básico disrupções significativas. Com efeito, naquele que é um direito fundamental, não pode apenas o livre funcionamento do mercado ditar as suas leis. A inexistência de um mercado de arrendamento funcional e a procura desenvolvida por agentes que incrementam o preço dos imóveis tornam este bem essencial num bem de luxo, tornando reféns das instituições financeiras, para uma vida inteira, a generalidade dos portugueses e afastando muitos outros do acesso a uma habitação condigna. É assim fundamental que o Estado e as Autarquias encetem esforços permanentes que permitam mitigar ou eliminar estas disrupções de mercado, assegurando a todos o acesso a este direito primordial. Vemos por isso com agrado o investimento na Habitação e a resposta concreta a populações altamente carenciadas, como é o caso, por exemplo, dos nossos concidadãos do 2.º Torrão. No âmbito das medidas programáticas do PAN, realçamos ainda a implementação, já no ano de 2021, do Orçamento Participativo do Município de Almada, uma das “medidas-bandeira” com que nos apresentámos a sufrágio no ano de 2017. De igual destaque, a extensão do metro até à Costa de Caparica, a abertura de novos nós de acesso à A2, a criação de corredores ecológicos ou ainda novas construções de Unidades de Saúde Familiar, nomeadamente no Feijó, medidas que se encontram previstas no âmbito do Plano Estratégico de Recuperação e Resiliência. Sublinhamos também o investimento de 5 milhões de euros na remoção de amianto em 15 escolas do nosso Concelho, um projeto de concretização urgente, que mereceu a nossa preocupação ainda em fase inicial, no mandato do anterior executivo. Na resposta social, que ganha no atual contexto uma preponderância ainda maior, destacamos a existência de planos de apoio às populações mais vulneráveis, nomeadamente a crianças, idosos e migrantes, mas também às pessoas em situação de sem-abrigo. O papel dos cuidadores informais, que assumem igualmente uma crescente importância, também merece o nosso total apoio. Mas não compreendemos que continue sem uma palavra neste documento um assunto que incluímos nas nossas propostas, mais concretamente, a nossa proposta número 23, *“Incluir a interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões públicas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Almada, nomeadamente nas transmissões através da internet”*, a qual foi parte integrante de uma recomendação por nós aqui apresentada e que foi aprovada visando a não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos. Nesta, como noutras propostas para as quais não vimos intenção formal de sua concretização, manteremos a expectativa no seu acolhimento, certos que estamos do seu reduzido impacto orçamental e da sua total pertinência. Face a tudo o que foi exposto, ainda que estejamos longe de nos revermos integralmente nos documentos e políticas aqui apresentados, anunciamos o nosso voto favorável, na expectativa de que exista uma execução efetiva das propostas apresentadas bem como a abertura para a concretização de outras que continuaremos a apresentar e pelas quais nos continuaremos a bater nesta Assembleia.”

6.2.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, analisado o documento, é com bastante apreço que registo o facto de algumas das propostas também por mim apresentadas na área do ambiente, terem sido acomodadas nas Grandes Opções do Plano. Obviamente tendo a noção de que estamos num período terrivelmente difícil, de uma enorme imprevisibilidade, é com algum apreço obviamente que acolho algumas dessas propostas. Optei por apresentar propostas na área das alterações climáticas e do ambiente, e também na área social. Porque o meu tempo foi muito curto, eu ia centrar só nas áreas do ambiente e das alterações climáticas e embora a grande maioria venha consignada nas Grandes Opções do Plano, as Grandes Opções do Plano no fundo são um plano de intenções se depois não as virmos reproduzidas ao nível do Orçamento. Bem compreendo que algumas delas podem vir ou serão uma intenção ao nível das ajudas europeias que se preveem, mas que são ainda incertas relativamente à forma como serão aplicadas, mas não deixo de registar com alguma tristeza, que o orçamento que esta devotado para a área ambiental, e onde constam e é dito só a esse nível a adaptação às alterações climáticas, corresponde a 2% do valor do orçamento, do valor total do orçamento. E vejo-o com alguma tristeza porque as questões de alterações climáticas e ambientais, são questão, à qual a famosa bazuca dá uma relevância de 37% na utilização dos fundos a atribuir. Obviamente que não seria espectável que fossem canalizados para estas áreas 37% do orçamento municipal. Mas ainda assim, 2% parece-me curto para fazer tanto que o Concelho necessita. Nós



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

sabemos que Almada estará na zona vermelha do perigo relativamente a alguns dos pilares, não a todos eles, que devem ser norteados como combate às alterações, nomeadamente ao nível das temperaturas elevadas, mas essencialmente ao nível da subida da água do mar, das secas e das inundações. E nesta matéria, acho que, embora o plano das intenções haja algum acolhimento, sabe a pouco estes 2% no orçamento que como a Senhora Presidente da Câmara disse há pouco, era o maior orçamento apresentado pelo Município de Almada. Acho que isto merece uma reflexão de todos, porque de facto, se calhar esse é o assunto que tem a relevância, uma enorme relevância, nomeadamente, apresentada pelo Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas. Também ao nível comunitário e acho de facto que sabe a pouco e era muito importante que olhássemos com muito carinho para a água, que é o bem essencial, o bem essencial da natureza humana, olhássemos com bastante carinho para as subidas, do nível, das águas do mar, sejam elas na frente atlântica, sejam na frente ribieirna e de facto é este lamento que lhe deixo. No entanto, sem poder obviamente deixar de me regozijar com o facto de haver um acolhimento destas questões nas Grandes Opções do Plano, mas gostava que não ficassem no plano das intenções porque mal iríamos se assim fosse.”

6.2.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda, depois se me permitir passarei a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, porque são sobretudo rubricas na área dela, portanto poderá responder de forma mais detalhada. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu vou ler uma coisa um bocado fastidiosa, mas também é rápido, para ver se de uma vez por todas as pessoas entendem que o que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço diz, não correspondem de todo nem sequer à verdade, nem aos números de que ele fala. Em 2014, a Câmara Municipal de Almada teve uma execução global na ordem dos 73.367.780.00€ (setenta e três milhões trezentos e sessenta e sete mil setecentos e oitenta euros), que correspondia a 89,8% de execução. Porquê? Porque o orçamento era mais pequeno. Em 2015, teve uma execução de 82.705.206.00€ (oitenta e dois milhões setecentos e cinco mil duzentos e seis euros) e que correspondia a 89,4%. Eu não vou ler isto tudo, vou saltar agora para 2019. Em 2019, a Câmara Municipal de Almada, teve uma execução global de 93.467.782.00€ (noventa e três milhões quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e oitenta e dois euros). E os números foram retirados agora mesmo ali do sistema medidata que é o nosso sistema de contabilidade, mas o Senhor Deputado Municipal José Lourenço acha que conhece melhor os números do que os nossos serviços e do que o nosso próprio sistema de medidata. Só que estes 93.467.782.00€ (noventa e três milhões quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e oitenta e dois euros) de execução global, como o orçamento é maior, corresponde a uma execução de 82,2%. Sendo que no ano anterior, tinha sido de 84% e no outro de 88%. Portanto, a questão de nós nos podermos focar apenas na percentagem, ou nos montantes globais. O Senhor Deputado Municipal José Lourenço, insiste na questão das percentagens porque é o que lhe convém. Porque não lhe convém ver os resultados globais. Mas isso eu já o ano passado tivemos esta conversa, há 2 anos, há 3 anos, não vale a pena Senhor Deputado Municipal. O Senhor Deputado Municipal continuará sempre a atirar areia para os olhos para fazer aqui diversão e mais uma vez, o que me preocupa, é que nestas duas intervenções, que nós tivemos por parte de alguns partidos da oposição, quer dizer, um é o problema do formalismo, sobre o orçamento pouco ou nada têm a dizer, a outra intervenção fala de um Relatório e Contas que não é o tema do debate. O que se pode concluir definitivamente é que de facto, a CDU não tem nada a dizer sobre Almada nem do que quer para Almada. E agora vamos passar à questão dos contributos. É um bocadinho difícil, estes Vereadores que aqui estão a trabalhar em prole de Almada, poderem incorporar nas suas Grandes Opções do Plano e Orçamento, um conjunto de medidas propostas que são basicamente todas elas o desfazer tudo o que fizemos. Ou seja, temos aqui uma situação engraçada que é, por um lado não fizemos nada, ao que dizem, por outro lado, tudo o que temos que fazer é desfazer aquilo que já fizemos. Eu vou me passar de ler todas as propostas que aqui estão, mas desde reconstruções, retiradas, tudo o que foi feito basicamente é para ser. Há, no entanto, uma série de preocupações que foram expressas pela CDU, como pelo Bloco de Esquerda, como pela PAN, pelo CDS-PP, a Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa e pelo PS e PSD, naturalmente, na pessoa dos seus Vereadores, que sim, ao contrário, há preocupações que transversais a todos nós, e que algumas estão no Orçamento 2021, e outras naturalmente, estão naquilo que é



o que foi considerado uma agenda para a década, sim quando nós estamos em início de ciclo de Fundos Comunitários e de Apoios, o mínimo que se pode fazer é ter uma estratégia para a década. Porque é sobre isso que nós vamos funcionar, quando nós estamos pressionados, para ter propostas prontas para lançar face a um plano de recuperação e resiliência que é de seis anos, que é muito curto, mas cuja comparticipação se prevê em muitos casos a 100%, o que nós temos de ter é a mesma estratégia. E, portanto, eu acho que a grande diferença de facto, entre nós, é que nós não só pensamos num orçamento de um ano, mas naturalmente, aconteça o que acontecer em 2021, embora nós temos confiança naturalmente no trabalho que tem sido efetuado por estes seis Vereadores, e os serviços naturalmente, aconteça o que acontecer, Almada não para. E Almada precisa de se poder projetar. E ainda bem, que nesses grandes projetos estratégicos e foi esse o objeto da 2ª reunião, e é esse também o objeto do famoso Power Point (o Senhor Deputado Municipal José Lourenço está sempre a falar de Power Point, mas eu não sei a que é que ele se refere), e é aí que nós reparamos que os interesses de Almada são muito coincidentes, em muitas áreas. O que os serviços fizeram, para a primeira proposta que é muito ao de leve, foi para a Área Metropolitana de Lisboa, foi um levantamento de necessidades reconhecidas, muito reconhecidas para o Concelho. Ao nível da habitação, ao nível do ambiente, ao nível das adaptações às alterações climáticas, ao nível da reabilitação de património, ao nível do parque escolar. Má utilização de Fundos Comunitários? Quer dizer, nós que tivemos que refazer candidaturas que tinham comparticipação em média, a média da comparticipação das candidaturas que nós herdamos era de 10%? 10%? E nós é que fazemos mal a utilização dos Fundo Comunitários? Quer dizer, o ano de 2019 foi particularmente difícil, isso foi suficientemente comentado para não ter que recomeçar, porque as candidaturas apresentadas não só eram de valores absolutamente incomportáveis, como a comparticipação chegava a ser 5% e 8%, mas o que é isto? Isto é de loucos. E, portanto, ninguém está aqui a dizer que uns fazem tudo bem e outros fazem tudo mal, não é isso. Mas podemos olhar para os pontos e é isso que nós tentamos fazer mais uma vez neste orçamento, com uma primeira reunião, com uma segunda reunião, houve o problema do formalismo e da comunicação, quando ainda por cima como sabem, o meu Gabinete está sempre disponível. As pessoas do meu Gabinete falam, conversam com os representantes de todas as bancadas muito facilmente. Marcamos horas de reuniões após conversas com toda a gente para saber das disponibilidades, às vezes não se consegue. Agora, vamos nos centrar naquilo que temos em comum como preocupações para Almada. Porque é assim que se pensa uma estratégia para o futuro. E é com base nisso, e foi isso que foi entregue de facto a todas as forças representadas nesta Assembleia Municipal, porque é isso que nós vamos ter que fazer agra com as candidaturas que vão abrir em breve, cujos contornos ainda não sabemos permanentemente. É preciso mais concretização? Sim, certamente. E digo já, este ano nós vamos ter, nós como muitos outros Municípios, vamos ter problemas de concretização e de execução final. Eu relembro por exemplo, Cacilhas de que falava e isso também já foi falado, teve duas vezes concursos vazios. E o Município não pode ir fazer a reabilitação do Largo de Cacilhas por Administração Direta, como devem imaginar. Portanto, nós todos conhecemos os dramas e todos os Municípios os conhecem, o drama dos concursos vazios e dos novos procedimentos. Isso é algo que de modo nenhum omitimos e também sabemos o que está cabimentado e o que é que está em curso. E da mesma forma, que obras deste ano e ainda agora isto acontece, nós todas as semanas, todos os dias, ninguém sabe, quantos trabalhadores é que estarão a trabalhar. De um dia para o outro todo aquele grupo de trabalhadores vai para isolamento e isso tem acontecido muito Senhores/as Deputados/as Municipais, muito. Até é quase de uma profunda sensibilidade, não para com conosco, vir falar da execução deste ano. É evidente que este ano, foi muito difícil para toda a gente e ninguém o esconde. O que significa que, muitas das realizações e esperamos e as obras já estão a ser lançadas, vão transitar para o ano, isso não tenhamos dúvidas. Quando perguntam onde é que estão as obras? Muitas delas transitam de um ano para o outro, aliás, como é natural de um orçamento para o outro. Eu não me vou alongar muito mais, quero agradecer todas as intervenções. Finalmente, relativamente à Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa. As alterações climáticas e aí foi uma opção clara deste Município, as questões ambientais e sobretudo relativamente às alterações climáticas, não se cingem a um serviço, têm que ser transversais a todos. Portanto, eu acho que esse investimento de que fala, tem que ser visto em todas as ações transversais e por isso é que na apresentação incluímos ações concretas na área do ambiente, ações muito necessárias na área da salubridade e não só, e mesmo a questão das Sextas-feiras para o Futuro, eu volto a dizer são preocupações transversais e é isso que nós consideramos essencial.”



6.2.2.11 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar responder a duas ou três questões que o Senhor Deputado Municipal José Rocha colocou, foi muito depressa, eu tentei registar, espero não falhar nada. Relativamente a uma das primeiras que colocou, e que eu acho que é importante explicar, que tem a ver com o aumento dos contratos a termo certo. Nós como sabem, é nos Assistentes Operacionais nomeadamente no meu pelouro que é a limpeza pública, onde se registavam e ainda registam menos do que aqueles que era costume contratarem quando cheguei, tem a ver com a época balnear. Quando chega a época balnear, temos que contratar um conjunto de trabalhadores, que naqueles seis meses desempenham funções que durante o inverno não são precisas. Eram na altura contratados cerca de quarenta, nós agora costumamos contratar apenas vinte e seis trabalhadores para Assistentes Operacionais, porque, entretanto, pusemos trabalhadores no quadro, e quatro ou cinco motoristas. Onde é que está o aumento? Está porque nós este ano, e isto dito penso que também aqui na Assembleia Municipal, mas foi dito, até porque as propostas foram a reunião de Câmara, contratamos cerca de quarenta trabalhadores de Assistentes Operacionais, para responder às questões da pandemia. Foram vinte trabalhadores no âmbito da higiene urbana e foram vinte trabalhadores nas escolas. Isto para lhe poder responder, são contratos a termo, porque eles não são para desempenhar funções permanentes do sistema, são para substituir os trabalhadores que temos em risco e em isolamento profilático. Portanto, este aumento de contratação de quarenta trabalhadores, levou a um aumento do orçamento para trabalhadores em contrato a termo. Não há na Câmara Municipal de Almada neste momento aumento, pelo contrário, relativamente ao que havia há uma diminuição, há este que se justifica pela situação em que vivemos. Relativamente, ao baixo valor da aquisição. Como eu também ontem aqui expliquei, o mercado não tem casas. Nós fizemos uma oferta ao mercado e a resposta que tivemos foi de três casas. Portanto, não se justificava manter a verba na aquisição e também eu disse qui ontem, que vamos alterar a Estratégia Local de Habitação, havemos de fazer sobre isso com todas as forças políticas a discussão, uma vez que quando foi por proposta também nela estiveram, porque a nossa opção não era efetivamente a construção, sempre o dissemos em grande escala, chegamos à conclusão que efetivamente não poderemos nunca começar a resolver o problema da habitação, sem a construção. E, portanto, não há valor na aquisição, porque ele estará por essa via e por outras vias que têm a ver com as políticas para a habitação com o IHRU, com o financiamento e os empréstimos a fundo perdido, terão a ver com outra rubrica que não essa. Quanto à reabilitação. O Senhor Deputado Municipal pareceu-me que achou muito 2.000.000.00€ (dois milhões), não estou a afirmar, estou a achar que foi isso que disse. De facto, também eu ontem aqui disse, que tínhamos iniciado a reabilitação integral, iniciado uma operação sistemática de reabilitação, não de intervenção pontual nos fogos, essa temos que a continuar e havemos de a ter por muito tempo, mas de reabilitação integral dos fogos, num prédio desde a cobertura, ao retirar do amianto, e depois há intervenção nos fogos todos, tínhamos iniciado a semana passada esse trabalho de reabilitação em dois prédios na rua Prof. Ruy Luís Gomes e que estávamos já a fazer o trabalho para a reabilitação de mais treze prédios que rondam cerca de duzentos fogos. E, portanto, obviamente que esse valor que aí está, vai ser com certeza todo preciso, quer para essa intervenção, quer para continuarmos com as intervenções isoladas quando são em fogos que não é o prédio todo, mas que é apenas em alguns fogos.”

6.2.2.12 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria responder porque já tenho aqui os dados, ao Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes, a questão que me colocou há bocado e que tive que pedir. Em 2019, havia oitocentas e três famílias numerosas em Almada. Em termos de verba de redução, o montante foi de 56.000.00€ (cinquenta e seis mil euros) de redução total. Portanto, como vê, não estamos a falar de uma redução muito significativa nas receitas da Câmara Municipal, mas posso lhe garantir que não é por acaso que existe o conceito de família numerosa, não é por acaso que existem benefícios específicos para as famílias numerosas e posso lhe garantir que a maior parte destas famílias numerosas, destas oitocentas e três, nem todas terão certamente casa própria, mas muitas têm e nalguns casos esta ajuda é mesmo muito relevante.”



6.2.2.13 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Rapidamente fazer aqui algumas considerações. Por parte da bancada da CDU, nós já nos habituamos na discussão principalmente neste tipo de documentos, haver uma política basicamente do bota-abaixo, antigamente é que era bom, agora é mau, tinham tudo pensado, os projetos estavam prontos, nós é que decidimos não fazer, é sempre um bocadinho esta conversa. E agora, falando aqui um bocadinho em relação aos SMAS, dizer o seguinte: nós quando chegamos aos SMAS, em algumas situações, até ficamos surpreendidos, porque muitas vezes aquilo que era dito aqui não correspondia à realidade. Eu dou o exemplo da Avenida do Cristo Rei, que é um investimento tremendo, que há muitos, muitos anos, e todos os dias penso que aquilo pode haver ali uma circunstância complicada, porque é uma Avenida em muito mau estado, nós tivemos que fazer o projeto todo. Não havia qualquer tipo de projeto, e obviamente que estas coisas levam tempo. Agora é extraordinário é, por um lado somos acusados por fazermos obra e causamos problemas e porque isto e aquilo, também por outro lado somos acusados porque não fazemos obra. E algumas das obras até que referiu, algumas elas até já estão adjudicadas. Há duas que se calhar se lá for daqui a dois ou três dias já lá vai ver os homens, já lá vai ver as máquinas. Mas pronto, já estamos muito habituados a isso. Aliás, o Senhor Deputado Municipal até teve oportunidade de estar nos SMAS e trabalhar nos SMAS, e sabe que algumas das coisas que disse até nem correspondem à realidade. Eu dou-lhe qui um exemplo. O Call Center. O Call Center foi uma situação que foi criada ali, que nunca correu bem, aliás, os próprios funcionários são os primeiros a queixarem-se da falta de condições de trabalho que tinham. Os próprios funcionários é que nunca lhes foram criadas as condições para eles próprios trabalharem. Aliás, esta solução do Call Center que nós assumimos e assumimos por dois motivos, assumimos porque sabemos que os municípios vão ser melhor servidos, porque infelizmente, há certo tipo de trabalhos que não conseguem funcionar e não conseguem ser bem feitos. Eu estive dois anos junto com as pessoas que estavam nesses setores a tentar melhorar, e são as próprias pessoas que me dizem, não funciona. E nós tentamos procurar uma solução que funcione, isto é falar com os funcionários. Eu sei que se calhar vocês apregoavam muito estarem próximos dos trabalhadores, mas na realidade não estavam assim tão próximos. Aliás, basta ver que quando nós chegamos, durante cinco anos não havia qualquer avaliação dos próprios trabalhadores e teve que ser este executivo a fazê-lo. Porque se calhar, se falassem diariamente e se atravessassem o edifício e outros sítios como nós fazemos, e isso ninguém me pode acusar de não fazer, porque eu faço e vocês sabem que o faço, as pessoas falam connosco e dizem-nos. Por isso fiquem tranquilos, obviamente que há muitas obras que muitas vezes não se realizam então principalmente neste no, que tivemos estes problemas que tivemos, não foi fácil, não só porque obras ficaram vazias, porque os próprios serviços também infelizmente tiveram que se adaptar a uma nova realidade, inclusive de teletrabalho, mas há muitas delas que pode ter a certeza, que vão avançar. Dou-lhe o exemplo da Avenida do Mar, que aqui os SMAS também têm um contributo, que está inscrito no Orçamento, se tudo correr bem, logo nos primeiros dias de janeiro, irá a reunião de Câmara, temos a Estrada Nacional 377, que tanto se falava, não havia um projeto, nós já fizemos a primeira fase e agora vamos lançar a segunda. Aliás, vai ser votada na reunião de Câmara dia 15 de janeiro, para ir a procedimento, vai haver obra. E pior, pior para vocês, melhor para nós e para o Concelho de Almada, eu sei porque vocês muitas obras não gostavam que fossem realizadas porque sabem que muitas promessas que vocês fizeram, não concretizaram, e muitas delas somos nós que estamos a concretizar e a população sente isso, nós sabemos o que é que a população também nos diz. E eu dou-vos só um exemplo, da terceira fase da Estrada Nacional 10, que estava há anos e anos para se fazer alguma coisa. Nós já fizemos e vamos continuar a fazer. Por isso deixo-vos este sinal de tranquilidade, porque pode ter a certeza absoluta de que muitas daquelas obras que estavam há anos adiadas, vão ser feitas. Infelizmente se calhar não conseguimos fazer todas, é verdade, nem nunca vocês conseguiram fazer tudo. Mas há uma coisa que é verdade, o esforço de fazer está vertido neste Plano e é verdade que há aqui muita coisa que vinha do passado, e muitas delas têm projeto coisa que nunca tiveram.”

6.2.2.14 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente de Câmara, eu agradeço a resposta parcial a verdade é que dessas oitocentas e três famílias numerosas, não somos capazes de perceber quantas delas beneficiaram. É uma semi resposta a caminhar para a não resposta. Eu tinha um pedido de esclarecimento a fazer. Eu já não tenho presente quando é que foi aprovada a moção aqui nesta Assembleia Municipal do Grupo Municipal do PSD, que deu origem ao estudo sobre a polícia municipal. Mas o que está escrito nas Grandes Opções do Plano e Oramento para 2021 é: concretização do estudo para implementação da polícia municipal de Almada. Isto pode ser um lapso de língua, mas a língua ainda vale o que vale, e um estudo para não creio que fosse esse o termo da moção em si, porque um estudo é para verificar a viabilidade. Agora, há uma coisa da qual eu tenho a certeza, sentados nesta Assembleia Municipal com direito a voto, estão apenas dois partidos e Deputados membros de dois partidos que tinham no seu programa a defesa da polícia municipal, o Grupo Municipal do PSD e o Grupo Municipal do CDS-PP. Mais nenhum Grupo Municipal aqui fez campanha com vista à polícia municipal. Portanto, o que eu pergunto é: quando é que o estudo estará de facto concluído e estando o estudo concluído o que é que o PS pensa fazer com isso. E a pergunta é muito simples requer uma resposta direta.”

6.2.2.15 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Procurando responder a algumas das questões que foram colocadas aqui por algumas bancadas e pela ordem que foram colocadas. O Deputado Municipal do CDS-PP, António Pedro Maco, ficou incomodado pelo facto de eu ter recordado aqui que o CDS-PP votou a favor das Opções do Plano, do Relatório e Contas e da política fiscal. Isto é matéria de facto. Não sei porque é que está incomodado, vem aí as eleições e quer dizer o contrario? A gente sabe porque é que votou a favor. Há farmácias, e há apoios alimentares no meio, há aqui umas coisas que foram negociadas com o PS, tudo isso é legítimo, não tem problema nenhum. Tem é que assumir. Pronto, trocou o voto por isso, agora tudo bem. Não foi feito por baixo da mesa, isso é público, não tem problema nenhum. Outra questão que eu queria colocar aqui, porque foi aqui muito falado. Falou-se aqui muito como sendo uma das coisas relevantes das Grandes Opções do Plano para 2021, o Plano Almada Solidária. O Plano Almada Solidária, dizem que tem 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) em 2021. Eu convido os Senhores/as Deputados/as Municipais, os Vereadores não, e a Senhora Presidente da Câmara certamente saberão onde está isso, qual é a rubrica do PAM que tem o Plano Almada Solidária? Não há rubrica. Fala-se de uma coisa que não existe. Isto é um sinal claro de transparência. Só acima de um determinado nível de inteligência, as pessoas conseguem ver o PAM. Outros olham e não veem. É a história da criança, que o rei vai nu, mas só a criança é que viu que o rei ia nu. Não há PAM. Isto não é transparente. Outra questão que foi aqui colocada e esta é uma questão também muito importante. Falou-se aqui numa série de projetos que vão ser lançados no próximo ano, para esta autêntica vertigem de investimento, eu tenho ideia que no próximo ano vou ter que mudar de Concelho, porque vão ter tantas máquinas, tantas máquinas neste Concelho, que vai ser difícil a gente mexer-se. Eu corri o Plano Plurianual de Investimentos apresentado pela Câmara Municipal, há uma coluna que diz, que diz respeito à fase em que se encontra o projeto. Há projetos, há ações, quando é que começa, quando é que acaba e depois há uma coluna que diz: fase e a fase vai de zero a seis. Zero é quando nada está feito, quer dizer que ainda não começou; O um significa que está na fase de projeto; o dois significa que está em fase de adjudicação e o três a obra começou. Eu vou vos dizer e vou tentar ser rápido, quantas obras estão aqui que estão na fase zero. E desculpem, o que está na fase zero, eu não acredito que comece. Fase zero, não tem projetos sequer, Centro de Serviços Municipais reconversão do edifício da EDP, 246.000.00€ (duzentos e quarenta e seis mil euros); requalificação e fiscalização de obra do edifício dos Paços do Concelho, 200.000.00€ (duzentos mil euros); novas instalações dos Serviços Municipais de Proteção Civil, 100.000.00€ (cem mil euros); remoção e substituição de coberturas com amianto em estabelecimentos escolares, este teve dúvida, penso que estará a entrar na fase dois, porque não encontro lá o número; reabilitação de, e isto tem 5.000.000.00€ (cinco milhões) reabilitação de refeitórios escolares, está na fase um, fase de projeto; requalificação de espaços públicos praias urbanas da Costa da Caparica, está na fase zero. Coisas mais significativas: projeto integrado e obra de requalificação da frente atlântica, fase zero, salvo erro, 200.000.00€ (duzentos mil euros). Mais há coisas mais importantes: reabilitação do Largo de Cacilhas e Avenida do MFA, fase zero, 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros); requalificação da Estrada Florestal, 2.600.000.00€



(dois milhões e seiscientos mil euros); requalificação da Avenida do Mar e envolventes, 600.000.00€ (seiscentos mil euros). Eu vou repetir o que disse, no Plano Plurianual de Investimentos, o Plano que vocês fizeram, está lá zero. Se está mal, deviam corrigir e não deviam trazer um documento destes para a Assembleia Municipal. Agora, a questão colocada aqui pela Senhora Presidente da Câmara e isto já começa a ter barbas. Eu já disse à Senhora Presidente da Câmara, que não é correto em termos de informação, comparar orçamentos iniciais com execuções. Ainda para mais, quando estamos perante um Município, que em três execuções seguidas, ficou muito longe do que prometeu. Os agentes económicos, as famílias, que começam a olhar para isto, começam a não acreditar. Os orçamentos iniciais são importantes quando são credíveis, quando não são, não valem nada. E fazendo essa tal comparação, de quanto é que executou, orçamento inicial 128.000.000.00€ (cento e vinte e oito milhões de euros), qual é a credibilidade que tem, se acontecer o que aconteceu anos anteriores, vai ficar à volta dos 90.000.000.00€ (noventa milhões de euros) como ficou. E atenção, os 93.000.000.00€ (noventa e três milhões de euros) que a Senhora Presidente aqui fala, que é verdade, vem no Anuário Financeiro e vem no Relatório e Contas, não precisa de ir ao Anuário Financeiro, é a verba, foi o mesmo que em 2017, com a CDU foi executado e com muito menos receitas. E com muito menos receitas. Porque como há pouco aqui referi, a partir de 2017, temos mais de 12.000.000.00€ (doze milhões de euros) de receita, só fiscal, não falando de outra receita. É preciso sabermos daquilo que falamos, é preciso ganharmos credibilidade, não podemos estar sistematicamente a atirar poeira para os olhos dos cidadãos. É uma questão de credibilidade da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, dos eleitos, daqueles que estão contra e daqueles que estão a favor. Não podemos aceitar isto e isto é propaganda pura e dura. Era bom que aqueles que não pensam como eu, pensassem naquilo que eu estou a dizer, olhassem para os números, e tentassem perceber se afinal tenho alguma razão ou não naquilo que estou a dizer.”

6.2.2.16 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, o que o Partido Socialista gostaria de dizer, é que de facto, não queríamos desviar a questão para estes modos, mas é preciso assinalar que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço fez exatamente a mesma coisa o ano passado, quando a CDU fica sem discurso, vai tentar procurar alguma linha que lhe cause alguma dúvida e por muito baixo que o valor seja, e tenta sempre fazer algum escândalo com algum valor, que foi isso que acabou de fazer. Disse também algumas coisas que não são verdade, nomeadamente, certas obras que já têm empreiteiros que já têm um prazo de execução para ser finalizado, algumas delas até inferiores a um ano, e não percebo como é que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço vem dizer que as obras não existem e que não estão feitas, muitas delas estão e uma delas é o Largo de Cacilhas, e vai estar pronta em menos de um ano em principio. Também é preciso dizer que este plano Plurianual que é proposto este ano, teve um aumento de 51% face ao do ano passado, mais 13.000.000.00€ (treze milhões de euros). Portanto, esta história de nos refugiarmos em pequenos números no documento e tentar criar dúvidas sobre coisas que não verdade e dizer que o investimento está a cair, acaba por ser uma estratégia que a própria CDU, tropeça em si mesma. Relativamente ao investimento, ficamos a saber que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço quer mudar de Concelho, temos pena, Almada certamente vai ser um Concelho muito melhor para se viver com os investimentos que estão planeados e que a serem concluídos, uma qualidade de vida muito melhor do que há quatro anos atrás.”

6.2.2.17 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero intervir nesta matéria em virtude de, efetivamente eu sei que os investimentos relativamente ao combate às alterações climáticas são transversais, a várias áreas da Câmara Municipal, nomeadamente ao urbanismo, obviamente que sim. Porém, e analisando o documento que está agora em apreço que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2021, e não aquilo que pode eventualmente surgir à posteriori, a única menção que é feita às alterações climáticas, aparece nas Grandes Opções do Plano relativamente à área do ambiente, e diz que somente adaptação às alterações climáticas. Obviamente por uma questão de intelectual, há várias medidas avulsas ao longo do documento e também do documento dos SMAS, que são efetivamente medidas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de combate às alterações climáticas. Mas, fundamentando nos quatro pilares de ação do combate às alterações climáticas, que constam do PMAC – Plano Municipal Alterações Climáticas, documento assinado pela Câmara Municipal e que se cifram na adaptação aos aumentos da temperatura, na adaptação à subida das águas do mar, na adaptação às secas e às inundações, obviamente e estando nas Grandes Opções do Plano, aquilo que é possível de ver, estando nas GOP, na área do ambiente, o orçamento apresentado não permite ter um combate, ou melhor, eu pessoalmente gostaria que houvesse um maior investimento nestas áreas. Sem dúvida que é transversal, nem sequer se põe isso em causa, de várias áreas. Agora, efetivamente é curto. E dou-lhe um exemplo em concreto, por exemplo, ainda o ontem quando debatemos a atividade municipal se falou aqui no programa REDUNA, não há uma linha nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021. Portanto, não há de uma forma direta, não quer dizer que não haja de uma forma indireta ou no Plano como dizia há pouco nas intenções nomeadamente, ao nível da frente ribeirinha e ao nível neste caso de frente atlântica porque de praias se trata. Sem dúvida que sim. Agora, obviamente que gostaria de uma maior ambição, só isso. Obviamente que é isso que estava em causa.”

6.2.2.18 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação aquilo que o Senhor Deputado Municipal André Macedo disse, eu reconheço que o papel dele não é nada fácil, porque ele está a ser colocado nos cornos do touro, enfim, a inexperiência dele é enorme e isto é, como é novo, pode ser queimado que não vem daí mal ao mundo. Veja o PPI e depois pergunte se há alguma coisa que não está bem, eu não sou culpado. Se há questão de que me prezo, é ser rigoroso, e se cometer algum erro reconheço. Agora, o PPI traz uma coluna que é a fase de execução. Eu expliquei o que é que são as fases de execução. Há um conjunto considerável de projetos, muito divulgados por este executivo municipal, que aparecem aqui na fase zero. Fase zero, significa nada feito. Estou a repetir o que diz a Lei. Não vale a pena procurar, enfim, apontar como se eu seja aqui uma ave rara no meio deste processo. Não sou nenhuma ave rara, represento não apenas os meus companheiros e camaradas, mas muita gente que pensa como eu e que não aceita que lhe metam vendas nos olhos. Eu sou uma simples peça, não tenho nenhuma importância tão grande, não vale apenas procurar centralizar em mim coisas que infelizmente enfim, eu procuro apenas transmitir aquilo que vejo e corresponde à realidade, não vale a pena. Vocês estão a fazer um plano que é de um eleitoralismo atroz, nem vocês próprios acreditam nisto, porque isto não é possível, alguém que está a investir 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) este ano, para o próximo ano vai investir 28.000.000.00€ (vinte e oito milhões de euros) como quase 50% dos projetos na fase zero? Há quem acredite nalguns poderes sobrenaturais, mas atenção, há limites.”

6.2.2.19 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria mais uma vez de devolver a bola para o Senhor Deputado Municipal José Lourenço da bancada da CDU. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, falou aqui em eleições, negociações, estas duas propostas do CDS-PP, já há muito que se têm vindo a arrastar no tempo. Inclusivamente, colocamos estes dois projetos e outros, aos executivos da CDU, que os Senhores disseram sempre não. Os Senhores sempre disseram não às farmácias solidárias e ao programa contra o desperdício alimentar, sempre disseram não. Apresentávamos propostas, apresentamos propostas também na natalidade e os Senhores disseram que não. Que não havia dinheiro. Portanto, vindo de partido que está habituado às negociações, nomeadamente, na Assembleia da República, e fazer passar governos, vir agora aqui dizer que o CDS-PP, poderá ter algum oportunismo na negociação em cima das eleições. Senhor Deputado Municipal, por favor. Depois, para terminar. Criar condições para que as pessoas mais desfavorecidas tenham acesso a medicamentos gratuitos ou 50% a menos no custo, e numa situação de emergência, emergência, criar condições para que as pessoas possam ter acesso ao seu sustento alimentar, é mau? Para os Senhores se calhar é, nunca aceitaram este projeto. “

6.2.2.20 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Gostaria de ser esclarecido em relação a duas questões que eu levantei. Uma delas eu volto a repetir e agradecer desde já a resposta, e vou tentar repetir mais devagar estas duas. Na linha 02022504, o que explica que este ano, o valor orçamentado para iluminação pública, seja de apenas 700.000.00€ (setecentos mil euros) quando em 2019, foi de 2.397.432.00€ (dois milhões trezentos e noventa e sete mil e quatrocentos e trinta e dois euros) e o valor orçamentado para o ano passado foi de 2.450.000.00€ (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil euros). Portanto, há uma diferença e esta diferença é que nos faz questionar, de 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros). A outra questão, na linha 04070102, como é que explica que para 2021, é anexado que vai ser extremamente difícil para as famílias, a verba total de transferência correntes para instituições sem fins lucrativos, seja apenas de 5.885.139.00€ (cinco milhões oitocentos e oitenta e cinco mil e cento e trinta e nove euros), quando em 2019 o valor transferido foi de 9.990.808.00€ (nove milhões novecentos e noventa mil e oitocentos e oito euros) e o valor orçamentado o ano passado foi 7.437.000.00€ (sete milhões quatrocentos e trinta e sete mil euros).”

6.2.2.21 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só uma nota, não indo à substância da matéria, porque eu confesso, já tive a oportunidade de o dizer em Conferência de Representantes, e em Comissões, não esperava ter que o dizer em reuniões plenárias desta Assembleia Municipal. É que parece que se está a criar um costume cada vez que os Deputados Municipais ou da CDU ou do Bloco de Esquerda, ficam sem argumentos, de recorrer ao facto de o Partido Socialista por circunstância e por sorte a nossa em minha opinião, ter alguns dos protagonistas mais jovens nesta Assembleia Municipal, de serem atacados justamente por isso. Nas Conferências de Representantes isso já aconteceu mais do que uma vez, o facto de o Partido Socialista ter o líder de bancada mais novo desta Assembleia Municipal, já fez com que esse fosse o argumento principal em discussões que fosse utilizado, eu percebo perfeitamente que essa acusação venha da parte da CDU, percebo as preocupações. Agora, nós podemos não ter tanta experiência e aqui não falo de mim mas do Senhor Deputado Municipal André Macedo, é um jovem eu infelizmente já não sou, mas o Senhor Deputado Municipal André Macedo, pode não ter a experiência do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não merece contudo, menos respeito nas suas intervenções e não merece que as suas intervenções não sejam discutidas por aquilo que diz, pelo conteúdo das suas intervenções, e sim pela idade que tem ou aparenta ter ou o que seja. O Partido Socialista em Almada, tem orgulho no seu passado, no seu presente e também no seu futuro. E é um Partido vivo e cheio de vitalidade, no país e em Almada e é um Partido que tem futuro, disso não tenham dúvidas. Portanto, espero e acho que seria importante para os nossos debates que a questão da idade, porque nós também não o fazemos com outros Deputados que sejam mais novos, que também existem nesta Assembleia Municipal, mas que este argumento não seja permanentemente utilizado, quando os argumentos se começam a esgotar.”

6.2.2.22 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente não querendo repetir exatamente o que o meu colega de bancada acabou de referir, como fui eu visado queria só dizer que tenho imenso respeito por todos os colegas aqui da Assembleia Municipal, e em particular pelo Senhor Deputado Municipal José Lourenço, nunca me verá a querer atacá-lo independentemente da sua idade, acho que todos temos que estar aqui num espírito de, independentemente das nossas diferenças estamos a fazer o melhor por aquilo que acreditamos, é só essas as nossas diferenças, foi por isso que fomos eleitos, todos com o voto do povo. É mais um exemplo de uma situação que se calhar no futuro lembramo-nos que é um argumento que não vale a pena pegar nele. Era só para dar essa nota.”

6.2.2.23 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero associar-me às palavras do Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, líder da bancada do Partido Socialista. De facto, há aqui grandes diferenças entre as bancadas. Há a questão do respeito das pessoas independentemente da sua idade, da sua crença, da sua cor e há aqueles que não respeitam a diferença. Vou



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tentar responder muito rapidamente. Relativamente à iluminação pública, Senhor Deputado Municipal José Rocha, o que aí está é a certeza de parte do pagamento da iluminação pública. Como sabe e como eu anunciei, e esse procedimento já foi a reunião de Câmara e até penso que já está agendado para esta Assembleia Municipal, o procedimento da transformação total da iluminação em Leeds, vai representar uma grande poupança. Nós temos sempre na altura do fecho de contas e revisão orçamental, possibilidade de carregar depois já com uma calendarização exata, já com aquele que é o resultado do concurso que vai iniciar-se, depois poder acomodar aos encargos com a iluminação pública. Depois, por outro lado, como sabe, antigamente o orçamento da Câmara Municipal de Almada, tinha duas rubricas, tinha o definido e o por definir. Nós tentamos ao máximo, no sentido de clareza e transparência, que no início do ano, esteja o máximo de verba, definida. E felizmente, os nossos recursos financeiros, assim o permitem. E por isso, é que em muitas rubricas, tem o montante global. Claro que esta questão que é legal, não estou a pôr em causa, do definido e por definir, só passava a ser definitivo o orçamento depois da revisão orçamental a partir de março ou abril. Agora com a SNCAP pode ser um bocadinho antes, com o fecho de contas. Mas isso também criava grandes problemas no lançamento de procedimentos. Por outro lado, eu devo dizer que há uma série de procedimentos que já estão em curso e, portanto, rapidamente Senhor Deputado Municipal José Lourenço, ficará contente por ver os dois, os três, os quatro os cinco e os seis, porque também há aqueles que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço também não menciona, posso no entanto dizer, que sim, o procedimento das escolas e do amianto, o concurso já foi, já tivemos candidaturas, estamos na fase da apreciação de candidaturas e felizmente tivemos muitos concorrentes para os cinco lotes do amianto. E, portanto, não vou sequer fazer disso um debate. Relativamente à questão das transferências, aliás, é uma rubrica que também nos acusavam em 2019, de estar a falsear e a mentir relativamente aos subsídios e transferências para todo o tipo de movimento associativo, de todo o tipo, e o Anuário de 2019, vem comprovar que foi o ano em que a Câmara Municipal de Almada mais dinheiro transferiu, houve um aumento de 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) para as associações em subsídios. Para já nós temos uma grande parte desse montante, que está de facto, enquanto transferências de emergência, portanto, está no Plano de Contingência, está no PAS e o PAS é um centro de custos de muitas iniciativas que vão surgindo seja as farmácias, seja a questão do medicamento, seja o apoio às rendas, todos esses mecanismos que temos criado e que configuram um centro de custo que já ultrapassa em muito os 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) que nós tínhamos anunciado para 2020. Olhe, seja a questão das mascaras que referiu, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço e não deixa de ter graça que agora acha que é demais, mas aqui há alguns tempos achavam que era de menos, que não havia investimento suficiente. Eu lembro que em novembro, nós inclusivamente fizemos um comunicado a desmentir certas notícias estrategicamente colocadas, por quem tem sempre uma tendência para ver o mau e o negativo, em que esclarecíamos exatamente que a Câmara Municipal de Almada em início de novembro, já tinha só com a questão pandémica, e medidas excecionais, gasto mais de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros). Só que isto não é um concurso de quem gasta mais. Quando se entra num concurso de quem gasta mais o que acontece é que se gasta mal. Eu não tenho mais tempo para responder a mais questões, agradeço de qualquer maneira a todos os Senhores/as Deputados/as Municipais as intervenções.”

6.2.2.24 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já que o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves focou aqui o Bloco de Esquerda, apenas para esclarecer. Queremos que fique bem claro, nós não questionamos a idade dos Senhores/as Deputados/as Municipais, e até nos congratulamos que exista renovação nas forças políticas porque é importante. O que nós questionamos é muitas vezes o nível com que o debate é feito. E isso é que nós questionamos. E quando nós as vezes questionamos o Senhor Deputado Municipal é exatamente pela manutenção da elevação do debate, apenas isso. E que por acaso vem de Deputados Municipais mais jovens, apenas e só que por acaso vem de Deputados Municipais mais jovens. Podia de qualquer Deputado Municipal, de qualquer escalão etário. De qualquer forma o que nós questionamos é apenas isto e só isto, não as idades, mas sim, a elevação com que se mantém o debate.”

6.2.2.25 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vim demasiadas vezes hoje aqui ao microfone, mas a verdade é que pus aqui várias questões para as quais não há resposta. A Senhora Presidente da Câmara, é caso para dizer, fala, fala, fala, mas pouco se diz de substancial. Eu perguntei onde está o Plano Almada Solidário? Que tem 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) e que está nas Opções do Plano. Onde está esse Plano? Ele tem que estar nas Grandes Opções do Plano, onde está? Quanto à questão das transferências correntes que a Senhora Presidente da Câmara Municipal veio dizer, de 2019, já discutimos suficientemente essa questão. É preciso saber o que é que são as transferências correntes. Não se pode por respeito à verdade, confundir transferências correntes com o apoio ao movimento associativo. As transferências correntes de 2019 foram elevadas, pois foram. A Senhora Presidente devia-se lembrar, podia dizer aqui, por que razão é que subiram tanto. Por que razão? Porque tem lá o acordo com a Federação Portuguesa de Natação, porque tem lá a questão dos transportes, é aí que estão as transferências. Sim, sim, a questão dos transportes para a Área Metropolitana de Lisboa, estão lá Senhora Presidente, a Senhora Presidente não pode confundir, não pode porque são várias rúbricas, muitas rúbricas, eu diria dezenas e dezenas de rúbricas, comparar o que não é comparável, tem feito isso sistematicamente, e nós reafirmamos aquilo que temos dito várias vezes, os apoios ao movimento associativo popular em Almada, têm tecido consideravelmente com este executivo. Nomeadamente os apoios a investimento, que reduziram quase a ínfima espécie. Isto posso afirmar, reafirmo e não vale a pena vir com a conversa das transferências correntes, e que o Anuário Financeiro diz. Transferências correntes é muita coisa, e há muita coisa e é preciso separar o trigo do joio.”

6.2.2.26 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção está um pouco condicionada pela falta de resposta à questão que eu coloquei. Seja como for, aquilo que foi aprovado não foi aqui, foi em reunião de Câmara, em julho deste ano e dizia algo como: que seja iniciado o estudo e respetivo levantamento de necessidades e meios com vista à criação de um serviço de polícia municipal em Almada, com funções de polícia administrativa, etc. etc. A questão que me causa alguma perplexidade é: nós andamos nos últimos anos a orçamentar 125.000.00€ (cento e vinte e cinco mil euros) para a implementação do Orçamento Participativo, e ao fim quase de quatro anos o Orçamento Participativo ainda não está, pelos vistos será agora, que seja porque de facto eu fui eleito por um partido que preconizava a implementação do Orçamento Participativo. Agora, causa alguma estranheza que o estudo sobre a polícia municipal que supostamente terá sido desencadeado depois de julho de 2020, já esteja pronto para ser acabado e que, digamos assim, eu noto alguma pressa, tanto que ele está incluído nas Opções do Plano, na implementação da própria polícia municipal, para citar um velho conhecido da nossa praça, um velho político, “qual é a pressa?” Eu pergunto qual é a pressa porque de facto, isto está a ser feito nas costas da população, porque a faixa da população que defende através do seu voto a implementação da polícia municipal está naquele lado da sala, do lado direito, no mais à direita e o PS sobre isso não tem posição. Sobre isso e sobre muitas outras coisas. Mas eu percebo também que, o PS que depende do Bloco de Esquerda na Câmara Municipal de Lisboa, o PS que depende do Boco de Esquerda e dependeu do Bloco de Esquerda e do PCP e dos Verdes, durante vários anos na Assembleia da República chega Almada casa-se com o PSD e tenha que fazer algumas cedências naturalmente, aquelas que são as intenções do PSD, há muitos anos, diga-se de passagem, e que são legítimas do PSD e do seu eleitorado. Não são, é do resto. Portanto, se há pressa na aplicação da polícia municipal e se a vão implementar ainda durante este mandato, eu e creio que todos nós aqui temos o direito de o saber e é bom que o digam. E se para o efeito precisam de tempo eu creio que ainda me sobram alguns minutos e posso dispensá-los.”

6.2.2.27 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, não rejeitamos nada daquilo que o Senhor Deputado Municipal José Rocha disse, nós já levamos mais de três anos de discussão nesta Assembleia Municipal, nem sempre estivemos bem e acho que se fala por todos, nos debates democráticos isso é um facto, já houve vezes



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

em que me excedi, já houve vezes em que outros Senhores Deputados Municipais se excederam, faz parte. Aquilo que eu tento e eu sei que o Senhor Deputado Municipal José Rocha também, e eu acho que todos os Senhores/as Deputados/as Municipais desta Assembleia Municipal, é que estes debates se façam sempre com nível, às vezes com excessos como é obvio, é natural, é próprio da democracia, mas que se façam com nível e que destes debates também possa resultar alguma coisa para além de estarmos aqui pura e simplesmente a dirimir posições. A única referência que eu fiz é que, entendendo e é o nosso entendimento que, o simples facto da idade, não é o melhor argumento para nós nos apontarmos uns aos outros. Até porque temos às vezes divergências que justificam esse debate, divergências interessantes nós próprios também vamos evoluindo na nossa posição. Era apenas essa a referência e não era nada de mais, nem nenhuma provocação. Em tom de finalização também dizer o seguinte: não me parece e sobre esta questão que o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes referiu, a polícia municipal não é uma proposta de esquerda ou de direita, aquilo que está em causa e que foi aprovado no executivo, é que essa proposta seja estudada, seja feito o estudo a propósito da criação ou não da polícia municipal em Almada, isso parece-nos que é uma questão importante. Ou seja, essas matérias devem ser também estudadas para que depois os eleitos possam tomar devidamente informados e tendo também em conta os seus programas eleitorais as suas opções, tomar essas decisões e como é obvio, depois é uma questão democrática e serão votados. Senhor Presidente da Mesa, da nossa parte não há muito mais a dizer, dizer apenas este debate apesar de tudo, estamos há duas horas e muito a discutir as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, para um ano que é decisivo para o Concelho de Almada, e que depois deste debate me parece também que não só os almadenses estão mais elucidados, os Deputados Municipais estão mais elucidados e, portanto, podemos em conformidade votar esta proposta.”

6.2.2.28 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, Almada não tem um plano para a polícia municipal, portanto, nós não vamos fazer um plano para a não implementação da polícia municipal. Vamos é estudar quais seriam as consequências da sua implementação, e depois só um grande desconhecimento é que acharia que era possível implementar uma polícia municipal em sete meses. Isso não acontece, não é possível. E, portanto, esteja descansado. O importante é ter os estudos necessários e a informação necessária para se tomar a decisão e que depois será certamente avaliada pelos eleitores.”

7 – Tendo-se atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 19h 10m, deu-se por concluída a reunião, prosseguindo os trabalhos no dia 28 de dezembro, no mesmo local.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Miguel Salvado, José Gonçalves, Tiago Galveia e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara que transmitiram a reunião e de cerca de 14 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

João Vitor
Paulo Vitor
Ana Beatriz Silva